

Contributos da Língua e da Cultura Portuguesas para a Integração de Imigrantes e Ex-Imigrantes em Portugal.

Carina Isabel da Costa Lopes

**Dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e
Estrangeira**

Carina Isabel da Costa Lopes, Contributos
da Língua e da Cultura Portuguesas para a
integração de imigrantes e Ex- Imigrantes
em Portugal. 2019

Abril, 2019

Contributos da Língua e da Cultura Portuguesas para a Integração de Imigrantes e Ex-Imigrantes em Portugal.

Carina Isabel da Costa Lopes

**Dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e
Estrangeira**

Carina Isabel da Costa Lopes, Contributos
da Língua e da Cultura Portuguesas para a
integração de imigrantes e Ex-Imigrantes
em Portugal. 2019

Abril, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe por ser o meu melhor exemplo de vida, por todo o seu apoio, por cada palavra, por não me deixar desistir e por me incentivar em cada caminhada que faço.

Ao meu irmão, à minha irmã e restante família por todas as palavras de encorajamento.

Ao Rui, pela sua paciência e pelo seu apoio em todos os momentos de dúvidas e de desânimo.

Agradeço à Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, que orientou esta dissertação, pelos seus conselhos nas horas de maior aflição, pelo seu apoio e por acreditar nas minhas capacidades.

Por último, o meu agradecimento ao corpo docente do Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira da NOVA FCSH, bem como aos meus colegas de mestrado por me transmitirem novas ideias e novos conhecimentos e, acima de tudo, por me proporcionarem experiências tão gratificantes que me enriquecem enquanto ser humano e me permitem ter uma nova visão do mundo que me rodeia.

Resumo

Contributos da Língua e da Cultura Portuguesas para a Integração de Imigrantes Refugiados em Portugal

Carina Isabel da Costa Lopes

Palavras-chave: imigrantes, refugiados, Língua Portuguesa, língua de acolhimento, cultura portuguesa, integração, identidade, país de acolhimento

A problemática dos refugiados é um tema cada vez mais recorrente e que traz consigo uma história que se arrasta há várias décadas. A Imigração e o Multiculturalismo estão cada vez mais presentes nas sociedades modernas e a gestão desta realidade representa um enorme desafio, tanto para as sociedades de acolhimento como para os próprios imigrantes.

O tema, que me propus tratar e que constitui o centro desta dissertação, aborda uma realidade com a qual nos deparamos frequentemente: a crescente imigração forçada que contribui para uma maior diversidade cultural e interação entre as diferentes comunidades. O foco deste estudo é o grupo minoritário dos refugiados e a sua integração no país de acolhimento, neste caso Portugal, tanto a nível linguístico como cultural, enquanto cidadão e indivíduo da comunidade portuguesa.

Este é um processo que envolve muitas mudanças, particularmente para os imigrantes. O país, a sociedade, os costumes, a cultura, as crenças, a língua, fazem parte de um conjunto de novas experiências e aprendizagens para o imigrante refugiado que, certamente, vão potenciar uma mudança identitária. Por outro lado, enquanto país de acolhimento, Portugal confronta-se com novos desafios de diversidade linguística e cultural. Procurei também, neste trabalho de investigação, perceber quais as mudanças ao nível da identidade provocadas pelo processo de imigração e de que modo atuam alguns elementos nessa mudança e no processo de integração, nomeadamente a língua – língua materna e língua de acolhimento.

Assim, a pesquisa pretende dar a conhecer, além das políticas de integração do país, o “olhar” de quem vive na “primeira pessoa” essas políticas e o contacto com a sociedade de acolhimento, bem como o impacto causado sobre a mesma, recolhendo dados através de entrevista.

Abstract

Contributions of the Portuguese Language and Culture to the Integration of Immigrants Refugees in Portugal

Carina Isabel da Costa Lopes

Keywords: immigrants, refugees, Portuguese language, host language, Portuguese culture, integration, identity, host country

The problem of refugees is an increasingly recurring theme and brings with it a history that has been going on for several decades. Immigration and multiculturalism are increasingly present in modern societies and the management of this reality presents a huge challenge, both for the host societies and for the immigrants themselves.

The theme I intended to address and which constitutes the focus of this dissertation, addresses a reality that we often face: the increasing forced immigration that contributes to a greater cultural diversity and interaction between different communities. The focus of this study is the minority group of refugees and their integration into the host country, in this case Portugal, both linguistically and culturally, as a citizen and individual of the Portuguese community.

This process involves many changes, particularly for immigrants. The countries, society, customs, culture, beliefs, language, are part of a set of new experiences and learning for refugee immigrants that will certainly foster a change of identity. On the other hand, as a host country Portugal faces new challenges of linguistic and cultural diversity.

In this research, I also looked for understand the changes in identity that are caused by the immigration process and in what ways some elements influence this change and the integration process, namely the mother tongue and the host language.

In this way, the research intends to show, in addition to the integration policies of the country, the "look" of those who live in the "first person" these policies and the contact with the host society as well as the impact caused by it, collecting data through the interview.

Índice

Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Geral do Estudo	2
1.1. Problemática e objeto de estudo	2
1.2. Motivação e objetivos do estudo	3
1.3. Metodologia: conteúdos e organização do trabalho	4
Capítulo II - Enquadramento teórico: conceitos-chave	4
2.1. O conceito de Imigração	5
2.2. Refugiado: o requerente de asilo	7
2.3. O País e a Língua de acolhimento	9
Capítulo III – Língua, Cultura e Identidade: fatores de integração	10
3.1. Portugal enquanto país de acolhimento	12
3.2. - Políticas de integração dos imigrantes em Portugal	15
3.2.1. Projetos e iniciativas de apoio à integração desenvolvidos em Portugal	17
3.3. O Português enquanto língua de acolhimento e a sua importância enquanto fator de integração	21
3.3.1. Ensino-Aprendizagem da língua de acolhimento	24
3.3.2. Fatores que influenciam a aprendizagem e a importância na motivação para a aprendizagem e uso da Língua Portuguesa	26
3.4. Dificuldades de integração por parte dos refugiados e por parte de quem os acolheu	28
3.5. Os referentes culturais portugueses na construção identitária dos imigrantes ou ex-imigrantes	31
3.5.1. Identidade cultural, Identidade Nacional e Identidade Linguística	32
3.5.2. Conservação da identidade linguística e cultural dos imigrantes e possibilidades de contacto com a sua comunidade de origem	35
Capítulo 4 – Estudo Empírico	36
4.1. Caracterização geral dos participantes	36
4.2. Aspetos Metodológicos	37
4.2.1- Descrição do estudo	37
4.2.3 - Instrumento linguístico	37
4.2.4 - Recolha dos dados	38
4.2.5 - Tratamento dos dados	39

4.3- Análise e descrição dos dados.....	39
Conclusões.....	47
Bibliografia.....	51
Webgrafia.....	53
Anexos.....	55
Anexo 1 –Protocolo de Entrevista.....	55
Anexo 2– Protocolo de Entrevista.....	57
Anexo 3– Protocolo de Entrevista.....	60
Anexo 4– Protocolo de Entrevista.....	63
Anexo 5– Protocolo de Entrevista.....	66
Anexo 6– Protocolo de Entrevista.....	70
Anexo 7– Protocolo de Entrevista.....	73
Anexo 8– Protocolo de Entrevista.....	77
Anexo 9– Protocolo de Entrevista.....	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Mipex III Portugal – Resultados Gerais

Grafico 2 - Mipex III Portugal – Evolução dos resultados

Gráfico 3 - Questão nº 2 -Que problemas /desafios teve quando chegou?

Gráfico 4 - Questão nº 4 -Sente-se integrado em Portugal?

Lista de Siglas e Acrónimos

ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ACM – Alto Comissariado para as Migrações
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEID – Ano Europeu do Diálogo Intercultural
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CPR – Conselho Português para os Refugiados
ECRE – European Council on Refugees and Exiles
ENF- Educação Não Formal
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
MIPEX - Migrant Integration Policy Index
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados
PCIS – Programa de Coesão e Integração Social
PPT – Programa Português para Todos
QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
QuaREPE – Quadro de Referência para o Ensino de Português no Estrangeiro
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

Introdução

“We are facing the biggest refugee and displacement crisis of our time. Above all, this is not just a crisis of numbers; it is also a crisis of solidarity.”

(Ban Ki Moon, United Nations Secretary General in UNHCR Global Trends ¹)

O presente trabalho tem como tema a Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, estudando quais os seus contributos na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal, considerando que o tema é relativamente pouco abordado nos campos da investigação e do ensino.

Tavares (1998, p.106) refere que não julgou oportuno considerar no seu trabalho, “[...] porque carecem de um estudo diferente, as novas minorias que aos poucos se têm instalado no nosso país, como por exemplo os brasileiros, os refugiados da ex-Jugoslávia ou os imigrantes provenientes dos países da comunidade que começaram a comprar terras e a instalar-se nas aldeias desertificadas do interior [...]”.

Atualmente, a Europa está a passar por uma crise de refugiados, sem precedentes, pois não se assistia a uma crise desta dimensão desde a II Guerra Mundial. Segundo relatórios das Nações Unidas, em 2015 mais de 65 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a abandonar os seus países de origem em consequência de guerras, mudanças climáticas e perseguições políticas ou religiosas, a maioria vindas da Síria, da Somália e do Afeganistão (UNHCR, 2015)². Esta é a primeira vez que o deslocamento forçado ultrapassa o marco de 60 milhões de pessoas. O tema da imigração é atual, tratando-se de um fenómeno social que está presente pelos mais diversos países. É, sem dúvida, uma realidade transformadora, quer sejamos nós próprios imigrantes, quer façamos parte da sociedade de acolhimento, ou seja, trata-se de um processo bidirecional.

Este estudo centra-se, fundamentalmente, na questão dos refugiados, na problemática da identidade e da integração, principalmente na interação entre os imigrantes refugiados e a comunidade de acolhimento, de modo a possibilitar uma

¹ <https://www.un.org/press/en/2016/sgsm17670.doc.htm>

² <http://www.unhcr.org/news/stories/2015/12/56ec1ebde/2015-year-europes-refugee-crisis.html>

análise sobre a integração linguística e cultural dos imigrantes. Toda esta problemática centra-se, ainda e essencialmente, na identidade do imigrante, nas suas pertenças, sentimentos, impressões sobre Portugal enquanto país de acolhimento, a escolha de uma identidade nacional e cultural, bem como a pressão de viver num outro país, que não é o seu.

Capítulo I – Enquadramento Geral do Estudo

1.1. Problemática e objeto de estudo

O tema dos refugiados ganhou maior visibilidade nos últimos anos, contudo é um fenómeno da imigração que coexiste na sociedade há já algumas décadas. Por isso, importa referir que o fenómeno da imigração forçada não é inédito na história da Humanidade, e muito menos se trata de algo estranho para a Europa, pois basta que nos lembremos dos movimentos recentes de refugiados resultantes das guerras nos Balcãs (1996 – 1999), do conflito na Ucrânia (2014-2015) e, ainda, dos refugiados provenientes dos países do Médio Oriente e do norte de África.

A grande questão é que os diversos países da União Europeia não encontram resposta para este crescente fluxo migratório, não chegando, de facto, a nenhum consenso quanto a estratégias e políticas comuns, no que diz respeito ao acolhimento e integração desta população que se encontra numa situação de grande fragilidade. A resposta da União Europeia surge, assim, pouco uniforme e solidária, tomando como exemplos países como a Suécia e a Dinamarca que restabeleceram o controlo policial e militar das suas fronteiras; a Finlândia que reforçou as deportações e reduziu subsídios aos refugiados e requerentes de asilo; ou a Hungria que apelou à construção de muros para impedir o trânsito e a instalação de refugiados. Por outro lado, a Alemanha é o país que mais tem acolhido refugiados. Em 2016, o governo português declarou que o país teria capacidade para dar abrigo temporário a cerca de 10 mil refugiados.

Certo é que este é ainda um assunto sensível que divide a opinião pública. Sendo que cada vez mais a sociedade portuguesa recebe mais imigrantes refugiados, das mais diversas partes do mundo, considera-se que, enquanto país de acolhimento, Portugal confronta-se com novos desafios no que toca à diversidade linguística e cultural dos povos. Perante esta crise global, a nível humanitário, torna-se fundamental e urgente

tomar medidas concretas na resolução deste problema. Cada país de acolhimento, neste caso específico Portugal, precisa apelar à união para que seja possível encontrar respostas e criar não só políticas de proteção e assistência para os refugiados, como salvaguardar os seus direitos humanos e promover a sua integração como novos cidadãos no seu país de acolhimento.

1.2. Motivação e objetivos do estudo

O tema foi escolhido por fazer parte de uma problemática da atualidade que, no entanto, consideramos ser pouco abordada nos campos da investigação e do ensino de Português como Língua Segunda e Estrangeira. Ao longo do percurso académico sempre foi constante o nosso interesse quer pelo multiculturalismo, quer pelo interculturalismo, nomeadamente o contacto entre pessoas de culturas diferentes e a sua contribuição para a formação do indivíduo na sociedade, tanto a nível pessoal, profissional como cultural. A área dos *Estudos sobre Refugiados*³ encontra-se a dar os primeiros passos na Antropologia em Portugal, sendo de extrema importância realçar os trabalhos realizados por Maria Cristina Santinho⁴ (2011), pioneira nesta temática.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre os imigrantes refugiados em Portugal com ênfase na questão linguística e cultural.

A pesquisa tem como objetivos específicos os seguintes: 1) analisar os fluxos migratórios em Portugal, incidindo nos dados estatísticos existentes sobre a entrada de refugiados no país nos últimos anos; 2) esclarecer os conceitos de imigração, de refugiado e de língua de acolhimento; 3) compreender quais são os referentes culturais portugueses que podem ter influência na construção identitária dos imigrantes ou ex-imigrantes refugiados; 4) conhecer os contributos da língua e da cultura portuguesas na integração do refugiado e na sua construção enquanto indivíduo na sociedade; 5) identificar quais as dificuldades ao nível da aprendizagem da língua e de que modo

³ Tradução para português do termo comumente utilizado Refugee Studies.

⁴ Licenciou-se em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e cursou o programa de Mestrado em Antropologia da Escuela Nacional de Antropología e Historia da Cidade do México. Concluiu o Doutoramento em Antropologia Médica no ISCTE-IUL, com a dissertação “Contornos Políticos no Campo da Saúde – Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal”, e encontra-se agora a desenvolver trabalho pós-doutoral.

influenciam a integração dos imigrantes refugiados em Portugal; 6) identificar quais as dificuldades no acolhimento destes imigrantes por parte de quem os acolhe.

1.3. Metodologia: conteúdos e organização do trabalho

Na medida em que este trabalho se centra no ensino-aprendizagem do Português como língua de acolhimento e tem como um dos objetivos conhecer o modo como este processo se desenvolve no caso dos imigrantes/refugiados em Portugal, no primeiro capítulo é feito o enquadramento geral e teórico, acerca da problemática e objeto de estudo, da motivação e objetivos do estudo e da metodologia.

O segundo capítulo centra-se no conceito de Refugiado, no conceito de Imigração e, finalmente, no conceito de Língua e de País de Acolhimento.

O terceiro capítulo é dedicado ao conceito de integração e de acolher, bem como à reflexão sobre o país de acolhimento, as políticas de integração dos refugiados, ao ensino-aprendizagem do Português como língua de acolhimento e, por fim, às dificuldades de integração e de construção identitária.

No estudo empírico (último capítulo), aplicaram-se inquéritos e realizaram-se entrevistas dirigidos tanto aos imigrantes como às pessoas que os acolheram ou com eles conviveram, de forma a apurar dados para um conhecimento da sua integração linguística e cultural, bem como da aprendizagem da língua de acolhimento, o modo como vivem, as dificuldades e preocupações da comunidade imigrante em Portugal. No terceiro capítulo são apresentados os dados do estudo e discutidos os seus resultados, seguindo-se as conclusões retiradas do trabalho efetuado e as respetivas recomendações.

Capítulo II - Enquadramento teórico: conceitos-chave

Em 2015, um número crescente de pessoas arriscou as suas vidas a atravessar o Mar Mediterrâneo em busca de segurança e proteção. Mais de 1 milhão de pessoas chegou à Europa durante esse ano, dos quais 84% eram oriundos da República Árabe Síria, Afeganistão e Iraque. Da maioria dos recém-chegados, pelo menos 850.000 pessoas atravessaram o Mar Egeu, da Turquia para a Grécia. As crianças representam 25% do total das chegadas à Grécia, Itália e Espanha, em 2015, muitas delas não acompanhadas. Conflitos religiosos, étnicos e separatistas são as causas principais da

sua saída destes países e, em várias regiões, há Estados em crescente destruição, enfraquecidos ou sob ataque, destacando-se em muitos desses lugares o terror contra civis para provocar a fuga em massa.

O *Relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de pessoas refugiadas — programa de recolocação* (2017), entregue na Assembleia da República, refere que, entre 17 de dezembro de 2015 e 29 de novembro de 2017, chegaram a Portugal 1.520 pessoas, das quais cerca de 51% abandonaram já o país. No documento, o Governo justifica este abandono com dificuldades ao nível da aprendizagem da língua e da adaptação cultural, bem como a não existência em Portugal de comunidades da Síria, Iraque e Eritreia, países originários destes cidadãos.

“O ensino da língua é uma responsabilidade incontornável do país de acolhimento, na promoção de medidas indispensáveis para a integração dos refugiados”⁵. A aprendizagem da língua do país de acolhimento é considerada um requisito fundamental no processo de integração. Tanto o público em geral como os imigrantes referem a língua como uma das principais barreiras à integração na sociedade. Quais são, na verdade, os reais contributos da língua e da cultura portuguesas na integração do imigrante/refugiado?

2.1. O conceito de Imigração

A imigração em Portugal é uma realidade incontornável desde a década de 1970 até aos nossos dias. Como o próprio nome indica, por imigração entende-se a ação de imigrar. O verbo faz menção às pessoas que dão entrada num país, que não é o seu, para residir no mesmo, geralmente por motivos económicos, políticos ou académicos. Este é um conceito que está associado a um outro conceito mais lato, denominado por migração, e que diz respeito aos movimentos de entrada e saída dos territórios. Imigrar, tornar-se imigrante, representa uma grande e notória mudança na vida e na identidade cultural e nacional dos indivíduos. A própria designação o demonstra ao deixarem de ser identificados como indivíduos nativos de um país, compatriotas, para passarem a ser identificados como imigrantes ou como estrangeiros pelos restantes indivíduos. A

⁵ <http://refugiados.net/lcpr/www/ple.php>

verdade é que o título ou a categoria, no qual nos inserimos e/ou somos inseridos, tem inevitavelmente origem e efeito na nossa identidade.

De acordo com Caldeira (2012, p.2), “dentro da questão das migrações, o nosso país evidencia uma grande diversidade linguística e étnico-cultural e como consequência coloca-se a problemática da integração, a identidade cultural e a interacção nomeadamente nas dificuldades de comunicação existentes entre os imigrantes e a comunidade de acolhimento.”

Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME):

“A Imigração é o movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas ou populações, de um país para outro. A Imigração provoca alterações na composição da sociedade que acolhe os imigrantes. Para evitar fenómenos de marginalização, geradores de instabilidade e desigualdades sociais, é desejável promover a sua integração. Para os imigrantes, a integração implica a aquisição de direitos e obrigações, a aprendizagem de uma nova cultura, a aquisição de um estatuto social, a criação de relacionamentos com membros da sociedade de acolhimento e a formação de um sentimento de pertença a essa sociedade. Por parte da sociedade de acolhimento, implica a concessão de acesso às suas instituições e recursos, o que pressupõe, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho, educação, habitação, saúde, participação política e reagrupamento familiar”.

Os processos migratórios sempre existiram ao longo da história humana. De uma forma geral são massivos e ocorrem em momentos de crise de uma determinada região, quando milhares de pessoas procuram emigrar para entrar noutro país em busca de uma melhor qualidade de vida, como é o caso dos refugiados que estão sujeitos a uma imigração forçada. Nos dias de hoje, a globalização é um fenómeno social que vem facilitar a imigração, tendo em conta o desenvolvimento dos meios de transporte e a liberalização das fronteiras.

No entanto, a imigração tende a ser criticada por certos sectores sociais do país de acolhimento. Há quem seja da opinião que os imigrantes são os culpados pelos problemas económicos e sociais, apesar de as estatísticas mostrarem que os imigrantes, através da sua mão-de-obra e pelo facto de pagarem impostos, oferecem mais recursos do que aquilo que consomem. Porém, isto não impede que muitos imigrantes sejam alvo de discriminação.

“A palavra imigração é uma realidade que encerra pessoas, muito concretas, com as suas vidas, alegrias, esperanças e desejos. É um puzzle humano colorido, de inúmeras cores, línguas, sabores, tradições, culturas, religiões, um puzzle que se vai construindo com o esforço de todos” (ACIME, 2004, p.10).

2.2. Refugiado: o requerente de asilo

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003, p.6906) denomina o refugiado como “que ou aquele que se refugiou; emigrante que sofre ou sofreu perseguição política no seu país natal” e que, por isso, teve de se refugiar, “retirar-se para um lugar em que haja segurança, protecção.”

De um modo geral, o refugiado é toda a pessoa que, devido a uma perseguição por causa da sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora do seu país de origem e não pode ou não quer regressar ao mesmo, ou devido a grave violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar o seu país em busca de asilo noutro país. Conforme a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, um refugiado é uma pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país."⁶ Este estatuto foi criado após a II Guerra Mundial e aplicava-se apenas aos refugiados anteriores a 1 de janeiro de 1951. A sua finalidade era a de alargar o alcance da definição de refugiado, devido à emergência de novas situações que geravam conflitos e perseguições, “tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os novos fluxos de refugiados sob a protecção das provisões da

⁶ <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html>

Convenção.”⁷ Como consequência, foi elaborado o protocolo adicional de 1967, tendo sido alargado o âmbito de abrangência, sem limite de datas e de espaço geográfico, extinguindo as limitações referidas anteriormente.

Santinho (2016, p.20) refere que os refugiados fazem parte daquilo que se designa por “migrantes forçados”, emigrando por razões alheias à sua vontade, e que “em Portugal – e apesar de um número tão pequeno de requerentes de asilo, comparativamente a outros países europeus -, quando se fala em refugiados, fala-se na maioria das vezes de pessoas que estão longe de obterem um estatuto que lhes garanta os direitos de cidadania e que, mesmo vindo de lugares de guerra confirmados, estão igualmente longe de usufruírem da protecção proclamada pela Convenção de Genebra.”

Oriundos de lugares de guerra e devastação, vêm-se impedidos de regressar, por um período que se prevê longo, ao lugar de onde foram obrigados a partir, sob o risco de perderem a sua própria vida. Portanto, um refugiado é um requerente de asilo segundo a denominação legal.

Mas além da definição legal, os refugiados são, acima de tudo, homens, mulheres e crianças de todas as idades, que viajam sozinhos, por sua conta e risco, na esperança de encontrar um país que os acolha. Procuram, sobretudo, segurança, algo que os distingue dos migrantes económicos, em que o principal motivo migratório é a procura de melhores condições económicas noutro país. Assim sendo, todos os refugiados têm direito a não serem discriminados em função da sua raça, religião, sexo ou país de origem. Um dos princípios fundamentais do Estatuto de refugiado é a chamada “não-devolução”, segundo o qual os países não devem expulsar ou “devolver” ao país de origem um refugiado, contra a vontade deste (salvo raras exceções, por exemplo, uma pessoa que tenha praticado crimes de guerra ou violado direitos humanos não tem direito ao referido princípio).

A questão dos refugiados começou a ser tratada de uma forma mais séria depois da II Guerra Mundial e foi nessa altura que, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, se criou um organismo especializado para tratar do problema dessas pessoas: o ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Este organismo tem competência para gerir toda a ação internacional e visa proteger e encontrar resposta para as pessoas deslocadas em todo o mundo, salvaguardando os seus

⁷ <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html>

direitos e o seu bem-estar. Assim sendo, o ACNUR refere que “uma pessoa é um refugiado independentemente de já lhe ter sido ou não concedido esse estatuto por meio de um processo legal (...) ” e que um refugiado tem direito a um asilo seguro, beneficiando das mesmas condições de "qualquer outro estrangeiro a residir legalmente no país, incluindo direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos.”⁸ Ainda assim, é importante referir que o refugiado tem o dever de respeitar as leis, a cultura e o povo do país que o acolheu.

2.3. O País e a Língua de Acolhimento

A expressão *língua de acolhimento* surge no contexto português após o aumento dos movimentos migratórios para Portugal, sobretudo no ano 2000, procedentes de países do leste europeu e dos continentes africano e asiático.

De acordo com o *Dicionário Priberam*, a palavra acolhimento traduz-se no ato de acolher, refúgio, amparo, hospitalidade. Assim, acolhimento pressupõe rececionar, cuidar dos que estão sem apoio.⁹

Marques (2015, p.57) refere que “as políticas de integração e acolhimento de imigrantes de um país tentam pôr em prática medidas para que, no seu conjunto e em paralelo com a sociedade e as suas atitudes face aos imigrantes, se consiga chegar o mais próximo possível desse ideal de acolhimento e que tanto a sociedade autóctone como os indivíduos que procuram a integração se sintam bem em sociedade e vejam respeitados os seus direitos.”

A língua e a linguagem verbal humana constituem um dos principais aspetos que distinguem o homem dos animais e o seu modo de interação. O ser humano, como ser social que é, relaciona-se entre si e mantém relações essencialmente através da linguagem. Dessa forma, a Língua é, por isso, o meio de comunicação, um modo de partilha e interação, é o meio através do qual são feitas as trocas entre os indivíduos, tanto de conhecimentos como de experiências, ideias, visões do mundo, sensações, emoções, entre outras.

Chegados ao país de acolhimento, os imigrantes deparam-se com todo um conjunto de diferenças físicas e políticas, sendo que uma das principais diferenças é, em

⁸ <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home>

⁹ <https://dicionario.priberam.org/>

geral, a língua. A língua do país de acolhimento - língua de acolhimento - é a língua de comunicação e da sociedade em geral, pelo que se torna indispensável que o indivíduo imigrante a aprenda e a domine, de modo a ser capaz de não só sobreviver e resolver todas as suas questões de vida, mas também para que se possa integrar e sentir-se parte da nova sociedade.

A língua de acolhimento pode ser compreendida como aquela que irá receber o indivíduo de modo acolhedor. O indivíduo irá aprender, sem obrigações nem imposições, a língua de acolhimento que deve ser aprendida para facilitar o seu convívio e o seu desenvolvimento no ambiente em que está imerso. Assim, a língua de acolhimento é ensinada a migrantes/refugiados, provenientes de diversos países e continentes, para poder sobreviver à nova cultura dentro do país de refúgio escolhido.

A aquisição da língua de acolhimento tem um carácter de necessidade urgente, uma vez que dela depende a integração dos indivíduos imigrados. Portanto, qualquer língua de acolhimento irá, ou deverá fornecer aos aprendentes um ambiente tranquilo e pacífico de aprendizagem, de modo a que os mesmos adquiram a língua por etapas, tendendo adquirir expressões idiomáticas, um léxico memorizado, e construções já prontas, devido à sua necessidade de comunicação. “A língua de acolhimento ultrapassa a noção de língua estrangeira ou de língua segunda. Para o público-adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo” (Grosso, 2010, p.68).

Capítulo III – Língua, Cultura e Identidade: fatores de integração

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003, p. 4.675) define o termo *integrar* como “incluir um elemento num conjunto, formando um todo coerente, incorporar (-se), integralizar(-se), adaptar (alguém ou a si mesmo) a um grupo, uma comunidade”. A palavra integração é muitas vezes utilizada como sinónimo de coesão, unidade, equilíbrio, ajustamento e harmonia. No entanto, a mesma não é sinónimo de

homogeneidade numa sociedade e cultura, já que a diferenciação, que aqui denominamos multiculturalismo¹⁰, é um fator essencial nas relações sociais.

Assim, podemos afirmar que, do ponto de vista sociológico, o ato de integrar trata-se de um processo dinâmico de um todo social resultante do estabelecimento de relações entre diferentes grupos autónomos. O ser humano vive em sociedade e faz parte de um sistema, portanto, a integração social potencializa a autoestima pessoal e eleva o bem-estar individual de quem se relaciona com os demais. Contudo, existem situações nas quais os indivíduos podem estar em risco de exclusão social e em risco de uma crise identitária, como é o caso dos imigrantes refugiados.

Bolas (2012, p.34) menciona que “no caso português podemos notar uma longa falta de investigação sobre a integração dos refugiados em Portugal [...]”. O ECRE considera a integração como um processo “dinâmico e recíproco” implicando deveres tanto para a sociedade de acolhimento como para o indivíduo. Para o refugiado, implica que este esteja preparado para se adaptar ao estilo de vida da sociedade de acolhimento, sem nunca perder a sua própria identidade cultural.¹¹

“Língua, cultura e sociedade são indissociáveis, cabendo à língua o papel de transmissor da cultura e de representação de uma imagem do mundo em que se espelham diferentes realidades” QuaREPE (2011, p.11).

A língua enquanto fator social é constitutiva de cada ser humano, pelo que podemos afirmar que é o meio identificador de um povo e que é por meio dela que um falante pode transmitir, qualquer que seja a sua ideologia, o seu modo de ver o mundo que o rodeia. A linguagem atribui a cada indivíduo, bem como à sua comunidade

¹⁰ Noção polémica que se encontra associada a questões de origem sexual, raça, etnicidade, diversidade e diferença cultural, que envolve estratégias de “desfamiliarização” e uma narratologia crítica, bem como atitudes, discursos e políticas de descentração, em contextos sociais, políticos, educativos e culturais. O multiculturalismo implica basicamente a transição de uma cultura comum ou homogênea para culturas, visando a inclusão dos racial e sexualmente excluídos, e das vozes daqueles que têm sobrevivido nas franjas do poder central ou nas margens dos cânones literários e culturais. São duas as estratégias de inclusão: ou se getoizam aqueles que são diferentes em ‘minorias’ e se reduzem a uma representação ‘simbólica’ na cultura dominante, quando a ela são assimilados; ou se procuram integrar as diferenças culturais, descentrando-se os valores culturais tradicionais, em respeito pela pluralidade e diversidade, e questionando-se os esquemas de poder em vigor, em prol da justiça social. MORGADO (2010) disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/multiculturalismo/>

¹¹ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html

linguística, um modo particular e peculiar de perceber o mundo, sendo a mesma influenciada por vários processos socioculturais e históricos. Assim, podemos também identificar a língua como um sistema que possibilita a interação social e não apenas como um conjunto de signos e regras gramaticais, uma vez que a mesma está num processo construtivo e de evolução permanente, ideia defendida por autores como Piaget (1978)¹², Travaglia (2009)¹³ ou Koch (2003)¹⁴. Por outras palavras, é uma língua que constitui o falante, que cresce com ele e assim ganha forma. Dessa maneira, podemos concluir que a língua se entrelaça à cultura, à história e aos costumes sociais de um povo específico e de um país.

3.1. Portugal enquanto país de acolhimento

Depois de uma longa história de país de origem de emigrantes, que ainda se mantém, Portugal tornou-se também, no final do século XX, um país de acolhimento e é inúmeras vezes referenciado como um bom exemplo de país de acolhimento, falando-se até no mito do povo português, segundo o qual este é possuidor de uma aptidão natural para lidar com a diversidade. Apesar de se caracterizar por ser um país pequeno, esteve, e ainda está, quase sempre de “braços abertos” para receber os imigrantes refugiados no seu território.

Confirmado pela quarta edição do MIPEX (Migrant Integration Policy Index)¹⁵, Portugal é o 2º melhor país do mundo para receber e integrar os imigrantes, num ranking mundial em que constam 38 países. Neste estudo, Portugal lidera o ranking no que diz respeito à reunificação familiar e ao acesso ao mercado de trabalho. Também no Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (2009), Portugal se destaca com a melhor legislação para os direitos humanos e proteção dos imigrantes na União Europeia.¹⁶ É geralmente tido como um país que acolhe bem e onde os imigrantes são, de um modo geral, aceites e tratados com respeito pela igualdade de direitos.

¹² PIAGET, Jean. (1978). A formação do símbolo na criança. São Paulo: Zaher.

¹³ TRAVAGLIA, Luiz Carlos.(2009). Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez.

¹⁴ KOCH, Ingedore. V. (2003). A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto.

¹⁵ <http://www.mipex.eu/portugal>

¹⁶ <https://www.acm.gov.pt/pt/viver/portugal>

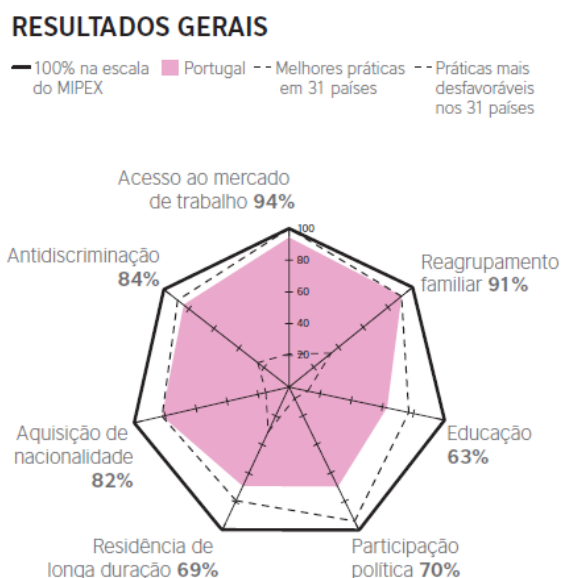
“Talvez porque milhões de portugueses direta ou indiretamente, através de familiares próximos, tenham vivido a experiência da emigração e constatado a importância de se ser bem acolhido e integrado na vida social e económica do país de destino, Portugal é atualmente reconhecido internacionalmente como um admirável exemplo de integração da sua população imigrante” (Fonseca, Goracci et al., 2007, p.9).

Do ponto de vista da integração, as medidas políticas que têm sido adotadas são consideradas satisfatórias, visto que os imigrantes recebidos dispõem de serviços de apoio e o processo de acolhimento faz-se no sentido de incluir os cidadãos na sociedade que, cumprindo os seus deveres, lhes dará um tratamento justo e que valorize a igualdade de direitos, salvo algumas exceções.

Marques (2015, p. 57) refere que “Acolher, indo além do sentido político-prático da palavra, significaria mais do que integrar, mais do que aceitar e dar condições e direitos. Acolher é quase tratar como sendo parte de si é reconhecer valor e igualdade e vivê-los na prática no dia-a-dia. Mais do que conviver e proporcionar as condições necessárias a essa convivência, acolher é receber, implica hospitalidade, vontade de integrar.”

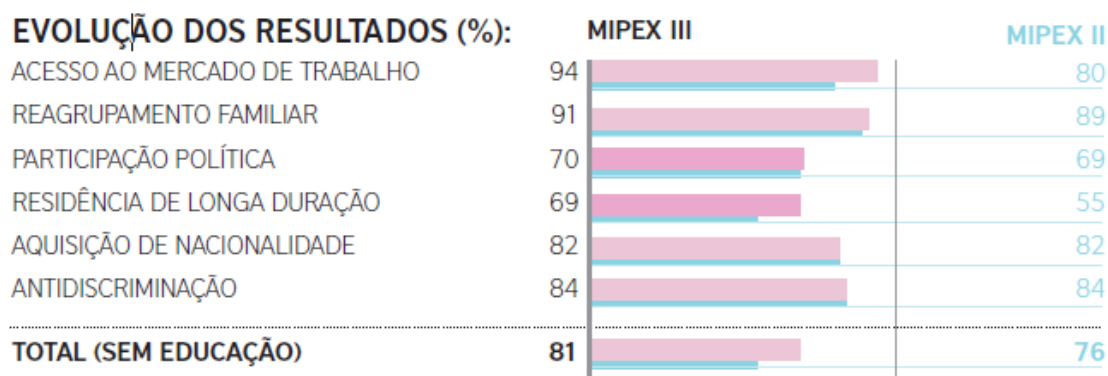
A lei da nacionalidade em Portugal foi ainda realçada como a melhor entre as dos 38 países do estudo: “[...] é a que melhor promove edificação de uma cidadania comum [...]” (MIPEX III, 2011, p.26). No relatório é igualmente destacado o trabalho de investigação feito em Portugal na área da integração, trabalho esse que vai sendo feito no sentido de observar, avaliar e melhorar as políticas e de sensibilizar a opinião pública para estes assuntos. Conforme se pode observar através da interpretação do gráfico que se segue, Portugal obteve bons resultados em todos os indicadores em estudo (medidas anti discriminação, acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, participação política, residência de longa duração e aquisição de nacionalidade), tendo atingido o nível de “melhores práticas”, no que diz respeito à aquisição de nacionalidade e ao reagrupamento familiar.

Gráfico 1 - Mipex III Portugal – Resultados Gerais (2011, p.26)



Desde que foi publicado o primeiro MIPEX, em 2005, Portugal tem vindo a progredir nos campos que dizem respeito à imigração e às políticas de integração: “[...] Portugal registou alguns dos maiores progressos desde o MIPEX II [...] foi um dos países que mais se esforçou para assegurar o exercício do direito à residência de longa duração (lei da imigração de 2007) e dar resposta específica à situação laboral dos imigrantes (planos de integração de imigrantes, reconhecimento de qualificações)” (MIPEX III, 2011, p.26).

Gráfico 2: Mipex III Portugal – Evolução dos resultados (2011, p.27)



Além do progresso registado, é também feita referência à atual situação do país em termos económicos, que obviamente não podia deixar de afetar os cidadãos, especialmente no que diz respeito ao emprego e às condições de vida. No entanto, a análise efetuada no estudo reconhece que não foram só os imigrantes afetados pela

recessão económica. Em Portugal, os imigrantes sofreram as consequências da crise económica em igual medida que os outros cidadãos. De acordo com o MIPEx III (2011, p. 26), “a implementação de medidas económicas e políticas austeras não reduziu o consenso nacional e o apoio à integração”, isto é, o trabalho e empenho na integração de imigrantes não foi desvalorizado em consequência da crise que o país tem vindo a atravessar.

Como áreas a melhorar, o relatório aponta: as leis de anti discriminação, os padrões de qualidade nos cursos de língua portuguesa. Propõe-se também que se promova mais o ensino de línguas das comunidades imigrantes, através de escolas bilingues e, por último, a formação de políticas sólidas de educação e de participação política.

Importa também referir o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 realizado pelas Nações Unidas, no qual Portugal é destacado como o país que está na vanguarda da Europa e do mundo no que toca à integração de imigrantes.¹⁷

A problemática da imigração e da sua integração, especificamente no caso dos refugiados, não é de fácil gestão, é antes uma realidade na qual há e haverá sempre aspetos a melhorar, adaptando-se às circunstâncias. Posto isto, são destacados vários pontos positivos no que diz respeito à forma como em Portugal é feita essa gestão e também quanto à forma como são tratados e acolhidos os imigrantes, nomeadamente em relação à igualdade entre todos os cidadãos e à defesa dos seus direitos.

3.2. - Políticas de integração dos imigrantes em Portugal

De acordo com o Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas (2007), Portugal desenhou uma estratégia nacional que visa a plena integração dos refugiados.

A Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional – 2005, consagra no seu art. 13.º – Principio da Igualdade, que: “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções

¹⁷ <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2009-portuguese-summary.pdf>

políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

A integração de imigrantes num país de acolhimento exige a cooperação dos vários intervenientes: a sociedade, os imigrantes e o próprio país de acolhimento. Ao mesmo tempo implica que existam boas políticas reguladoras, de modo a haver justiça, ordem e princípios orientadores do processo. Deste modo, as políticas de integração de imigrantes no país de acolhimento são bases orientadoras que definem o modo de atuar em relação aos imigrantes refugiados residentes em Portugal, no sentido de os acolher como cidadãos. Se por um lado regulam o processo definindo normas, direitos, deveres, restrições, por outro auxiliam na jornada a percorrer rumo à integração dos imigrantes, uma vez que definem planos de ação que visam a plena integração dos indivíduos caracterizando-se por um tratamento justo e igualitário.

Marques (2015) refere que, para que seja possível uma boa e eficiente integração dos imigrantes, é preciso, em primeiro lugar, que seja definida a ideia de integração, ou seja, quais os traços essenciais que resultam numa boa integração e, em segundo, com base nesses traços, princípios fundamentais, estabelecer uma política de imigração e integração que, posta em prática, levará à integração dos indivíduos e, mais importante, a uma convivência pacífica, positiva e enriquecedora de nacionais e estrangeiros.

Assumindo-se Portugal não só como país de emigração, mas também de imigração, a presença de imigrantes foi aumentando ao longo das décadas, como confirmado por vários relatórios elaborados no âmbito da imigração, SEF, OCDE, entre outros. Como consequência, obrigou ao desenvolvimento de uma política de imigração e de integração e de acolhimento de imigrantes, que se tornou mais efetiva com a criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, em 1996, e que posteriormente deu lugar ao ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., com competências renovadas.

As políticas da imigração regulam todo o processo, desde a entrada e saída dos imigrantes à documentação e legalização, à integração no país de acolhimento e todos os aspetos a ela inerentes, desde a integração no mercado de trabalho, a regularização do estatuto de residência, o reagrupamento familiar, etc., e à nacionalização dos indivíduos imigrantes, se for caso disso.

“As exigências do momento presente, nos planos demográfico, económico e social, impõem uma estratégia transversal articulada tendo por base políticas que

permitam maximizar os recursos disponíveis. Os atuais desafios impõem o desenvolvimento de um plano estratégico na área das migrações assente em cinco eixos políticos prioritários” (ACM – Plano Estratégico para as Migrações).¹⁸

A política de integração de imigrantes é considerada um eixo prioritário no desenvolvimento do Plano Estratégico para as Migrações. Assim, os objetivos deste eixo visam a consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos imigrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural e religiosa, o reforço da mobilidade social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum.

3.2.1. Projetos e iniciativas de apoio à integração desenvolvidos em Portugal

Em Portugal, os principais órgãos ligados à gestão do processo de imigração são: (i) o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que regula todas as questões legais e documentais relacionadas com os processos de imigração, e (ii) o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) que se ocupa da particular questão da integração. Ambos prestam serviços a órgãos de soberania, entre eles, o Ministério da Administração Interna e a Presidência do Conselho de Ministro, respetivamente.

Num país que se tem mantido distante da onda de intolerância que domina na Europa, Portugal pode contar com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) que tem desempenhado um papel determinante na integração dos imigrantes que chegam a Portugal. O ACM tem como missão a implementação de políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, promovendo o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões.

O ACM realiza, ainda, um trabalho que permite a chegada da informação de um modo mais facilitado por existir um contacto de maior proximidade com os indivíduos imigrantes, bem como a realização de vários protocolos de apoio, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante. Esse trabalho é efetuado através do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI). O ACIDI dispõe

¹⁸ <https://www.acm.gov.pt/pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem->

ainda de diversos centros de apoio e informação, a nível local e nacional (CLAI e CNAI, respetivamente). Mais do que passar as informações necessárias aos imigrantes, estes centros concedem todo o apoio necessário à sua integração, desde apoio jurídico, apoio ao emprego, apoio social, apoio com a documentação, entre outros, de modo a que todo o processo se desenrole da melhor forma e os indivíduos possam ter acompanhamento regular.

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidas diferentes ações e iniciativas no âmbito da integração e apoio aos imigrantes que funcionam em simultâneo com as políticas de integração, procurando prestar o auxílio necessário a estes emigrantes de modo a saberem lidar com todas as questões relacionadas com o processo da imigração e integração no país de acolhimento. Essas iniciativas, que dizem respeito ao acolhimento e reencaminhamento de imigrantes no país de acolhimento, atuam em vários níveis, entre os quais: Informação, acolhimento e *media*; Cultura, sensibilização cívica e lazer; Ensino e sensibilização; Formação profissional e emprego; Saúde; Habitação e serviços sociais; Aconselhamento jurídico e registo de cidadãos comunitários e Sector financeiro.

Além do trabalho diário das instituições responsáveis e da ação dos centros de apoio e informação aos imigrantes, vão sendo desenvolvidos vários projetos no sentido de auxiliar a integração de imigrantes em Portugal que vêm complementar todo este trabalho como, por exemplo, o Programa Português para Todos (PPT), o Programa SEF em movimento, Gente como Nós, o Programa Escolhas, o Projecto Speak, a Plataforma de Português Online, bem como Ações de Educação Não Formal.

O ano de 2008 foi escolhido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEID). O ACIDI foi designado o organismo nacional de coordenação, e assim surgiu o *Programa Português para Todos* (PPT), concebido para combater uma das principais preocupações no que toca à emigração e integração de imigrantes, isto é, foi desenhado para dar conhecimento e promover a igualdade de oportunidades, disponibilizando assim o ensino da língua do país de acolhimento, neste caso, o português. Através de ações de formação de língua portuguesa para estrangeiros é dada a oportunidade de os indivíduos migrantes aprenderem a língua portuguesa, dando acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa e o conhecimento de direitos básicos de cidadania, considerados fundamentais para um

adequado processo de integração. Os programas de PPT do ACIDI são implementados nas escolas da rede pública, por ação das direções regionais de educação, e nos centros de emprego e formação profissional, por ação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

“É um programa que permite elevar os conhecimentos e competências indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, para a integração dos públicos imigrantes na sociedade portuguesa.”¹⁹ O PPT pretende pôr em prática uma estratégia de apoio e acesso ao mercado de trabalho e, neste domínio, o ACM afirma: “O conhecimento da língua portuguesa vai permitir o acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente e/ou ao estatuto de residente de longa duração (com o certificado de nível A2). Os cursos de português técnico para os sectores do comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil, irão potenciar também um melhor acesso e integração no mercado de trabalho.”²⁰

O *Programa SEF em Movimento* foi criado em 2007 e surgiu com a necessidade de aproximar e facilitar o relacionamento dos cidadãos com o SEF, especialmente direccionado para os diferentes grupos de imigrantes mais vulneráveis, como é o caso de menores negligenciados, idosos, grávidas, acamados e/ou hospitalizados, portadores de deficiência motora/sensorial, reclusos e grupos socialmente desfavorecidos. Para o efeito, foram estabelecidos protocolos e parcerias, formais e informais, no sentido dos casos sinalizados/identificados pelos parceiros e/ou organizações parceiras poderem ser tratados pelo SEF.

Gente como Nós é um programa de rádio produzido em parceria entre a TSF e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural que procura sensibilizar a opinião pública para as questões de integração e acolhimento, e é considerado “uma janela aberta para a multiculturalidade e riqueza social das comunidades que vivem em Portugal.”²¹

¹⁹ <https://bdfaq.iefp.pt/index.php?action=artikel&cat=93&id=791&artlang=pt>

²⁰ <https://www.acm.gov.pt/pt/-/programa-ppt-portugues-para-todos>

²¹ <https://www.tsf.pt/programa/gente-como-nos.html>

O *Programa Escolhas*²² é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM. Criado em 2001, nesta primeira fase de implementação, foi um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. O programa procura agir nos campos da inclusão escolar e da educação não formal, formação profissional e empregabilidade, participação cívica e comunitária, inclusão digital, estimular o empreendedorismo e capacitação dos jovens, e apoio a iniciativas dos jovens e incentivo à sua participação, entre outros.

O *Projeto Speak*²³, promovido pela Associação Fazer Avançar, é um programa linguístico e cultural criado para aproximar pessoas, uma partilha de línguas e culturas entre migrantes e locais que quebra barreiras, promove o multilinguismo, a igualdade e democratiza na aprendizagem das línguas. O ACM em parceria com o Projeto Speak reforçou a oferta da aprendizagem da Língua Portuguesa, no seguimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no processo de integração das pessoas refugiadas pelas entidades de acolhimento.

Está também disponível a *Plataforma de Português Online* que apresenta conteúdos para a aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. Esta plataforma é uma ferramenta que permite ao utilizador praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão oral, compreensão da leitura e produção escrita, bem como aprender e alargar o vocabulário e os conhecimentos de gramática, úteis para o dia-a-dia. Os conteúdos, organizados em dois níveis – nível A e nível B –, estão descritos nos dois referenciais: (i) “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento” e (ii) “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento”. Estes dois documentos interpretam as descrições dos níveis apresentados no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa. A plataforma encontra-se organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem. Os primeiros doze módulos encontram-se já disponíveis em português, inglês e árabe.

²² <https://www.programaescolhas.pt/>

²³ <https://www.speak.social/pt/about-speak/>

É de igual forma reconhecida a importância da educação não formal como parte essencial do processo educativo e considerando que a mesma é vista como complementar e não contraditória ou alternativa à educação formal, o ACM, I.P. apoia, no âmbito do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ações de aprendizagem da língua portuguesa, por via da educação não formal.

Estes são alguns dos projetos em ação no âmbito da integração de imigrantes, ligados a questões de acolhimento e língua, que consideramos serem de reconhecida importância no âmbito da integração de imigrantes refugiados.

3.3. O Português enquanto língua de acolhimento e a sua importância enquanto fator de integração

A Língua Portuguesa, enquanto património cultural e identitário do nosso país, encontra-se difundida por todo o mundo, resultado da construção do primeiro grande império colonial mundial, sendo a mesma a fonte de união entre povos de diferentes localizações geográficas, culturais e etnias. A partir da época das descobertas a língua portuguesa chegou a África, à América e à Ásia. Nos séculos que se seguiram, o Português foi-se expandido de formas diferentes, consoante as regiões e a natureza dos contactos: comércio, ocupação política/militar, pilhagem, escravatura, colonização e pós-colonização. Com mais de 210 milhões de falantes nativos, a Língua Portuguesa é a quinta língua mais falada do mundo e a terceira mais falada do mundo ocidental, sendo que mais de 1 milhão de cidadãos da União Europeia falam o português.

Mateus (2008) refere que é preciso reforçar a presença da língua portuguesa no mundo. A Língua Portuguesa foi língua de prestígio nas descobertas, igualmente foi língua de expansão nas trocas e no comércio com outros povos e culturas. O Português é hoje uma língua de tradição, um repositório de memórias que os povos que a falam reconhecem como parte do seu património, a par de monumentos, das artes e ofícios, da música. Sendo a língua uma das maiores riquezas de qualquer sociedade, é natural que a sociedade se preocupe em dá-la a conhecer e em valorizá-la perante o exterior. Por isso, é preciso trabalhar para que o Português seja uma das línguas a que tenham acesso fácil as pessoas que procuram aumentar a sua competência linguística de língua estrangeira e, principalmente, aos imigrantes que residem no país de acolhimento para o êxito da sua integração.

Portugal é o país de acolhimento de muitos estrangeiros oriundos de vários pontos do mundo, e tem ao seu encargo a responsabilidade de garantir a formação do português como língua oficial. O objetivo é o de que a comunidade imigrante possa receber formação sobre a língua e a cultura do país que os acolhe, pois sabe-se que os imigrantes têm um papel importante no país de acolhimento, são uma mais-valia pela qualificação profissional que possuem.

Atualmente formou-se um novo quadro sobre o ensino de português e o perfil dos seus aprendentes, uma vez que estamos diante de um público novo e diferente no ensino da língua portuguesa: os refugiados. A preocupação do ensino de português passa a ter um fator agravante: um público ainda mais específico, cuja caracterização vai muito além dos dados pessoais (género, idade e formação), do grupo linguístico ao qual pertence e da necessidade de ampliação dos seus conhecimentos para atingir um determinado nível de proficiência. Na verdade, estas características englobam uma nova categoria no campo da investigação que diz respeito às condições necessárias para a aprendizagem da língua para além da proficiência, ou seja, a sobrevivência do refugiado no país de acolhimento.

“A importância da língua enquanto traço de identidade a nível de um grupo é muito mais facilmente evidente do que o seguinte: todos estão habituados a variações de sotaque, dialeto e linguagem que revelam filiações de falantes em comunidades linguísticas, classes sociais e grupos étnicos e nacionais específicos” (Edwards, 2009, p.21).²⁴

Chegados ao país de acolhimento, os refugiados estão diante de uma nova realidade linguístico-cultural à qual devem adaptar-se o mais rapidamente possível, de modo a serem capazes de não só sobreviverem e resolverem todas as suas questões de vida, mas também para que possam integrar-se e sentir-se parte da nova sociedade. Portugal passa a ser chamado de país de acolhimento e os “acolhidos” precisam desenvolver competências para que possam comunicar com a sociedade que os acolheu. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa deve ser pautado por conteúdos que possibilitem o desenvolvimento de competências de modo a favorecer a integração dos recém-chegados, tendo como objetivo torná-los cidadãos do país de acolhimento, neste caso, Portugal.

²⁴ Tradução da autoria da autora.

“Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência mais vulneráveis. Poder aprender a língua do país é poder aprender os meios de comunicar, interagir, compreender, defender-se, confrontar-se com uma outra cultura e outros códigos, é poder escolher e abrir-se aos outros. É preciso falar, compreender, ler, escrever em português para aceder ao mercado de trabalho, encontrar alojamento, pedir autorização de permanência no país, poder acompanhar a escolaridade dos filhos, aceder aos cuidados de saúde, compreender e participar na vida social, política, cultural.” (Diário da República, 1.^a série — N.º 200 — 15 de Outubro de 2009 Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro)

No processo de imigração e de integração, a língua do país de acolhimento tem um papel fundamental, uma vez que se trata do meio ou um dos principais meios de acesso à sociedade e à integração. É facilmente compreensível a importância da sua aquisição por parte dos imigrantes e o papel que desempenha na sua integração. No entanto, há também que considerar que estes indivíduos têm uma identidade e uma língua próprias, anteriores a este processo, que são relevantes dada a importância que uma língua materna tem para os seus falantes. Assim, língua materna e língua de acolhimento são duas línguas que num panorama de imigração se encontram em relação constante e, por isso, deve haver uma gestão do uso, uma consideração mútua. Se, chegado ao país de acolhimento, o imigrante se vê na necessidade de aprender a língua de acolhimento, não deixa de ser importante a sua língua materna, nem ela deixa de estar presente na sua vida.

Caldeira (2012, p. 47) considera “importante associar a difusão do português no ensino em diferentes partes do mundo, o ensino do português a imigrantes residentes em Portugal, pois a aprendizagem da língua e cultura vai contribuir para uma melhor

integração, conhecer a história, cultura, costumes e assim desenvolver a capacidade de viver na sociedade portuguesa, além de permitir uma vinda/migração mais preparada.”

Mais do que adquirir conhecimentos de língua e compreender o seu funcionamento, um imigrante tem necessidades linguísticas muito específicas associadas a questões do dia-a-dia e a questões de trabalho, por exemplo. O imigrante precisa integrar-se e compreender a realidade que o rodeia, bem como ter acesso a informações e serviços relacionados com a sua sobrevivência e o conhecimento dos seus direitos e deveres. Marques (2015, p. 90) refere que “É importante que o indivíduo tenha uma compreensão do modo como a sociedade em que vive funciona, nomeadamente no que diz respeito às condições de vida, às relações interpessoais, aos valores, às crenças e atitudes, à linguagem corporal, às convenções sociais, comportamentos e rituais.”

O domínio da língua e da cultura portuguesas é fundamental na integração de todos aqueles que procuram proteção e segurança em Portugal. Mas a língua é mais do que vocabulário, gramática e uma pronúncia agradável. A língua transporta história, tradições, códigos sociais e culturais. Se a língua é indispensável à integração dos imigrantes no país de acolhimento e tendo ela uma ligação tão estreita com a cultura, esta última não deixa de ser essencial para a desejada integração. O ensino-aprendizagem de uma nova língua passa, necessariamente, pelo conhecimento da cultura do país, mas num ambiente de respeito e valorização do aprendente e da sua cultura, num diálogo intercultural em que se partilham semelhanças e diferenças.

3.3.1. Ensino-Aprendizagem da língua de acolhimento

Como evidenciado anteriormente, o domínio da língua constitui um aspeto central no processo de integração sociocultural e, também, na inserção dos refugiados no mercado de trabalho português. Importa, por isso, conhecer as iniciativas desenvolvidas pelas instituições para promover o conhecimento da língua portuguesa.

Segundo o CPR (Conselho Português para os Refugiados) são várias as organizações e associações que promovem cursos para estrangeiros, mas “no que se refere às necessidades de aprendizagem dos requerentes de asilo e refugiados, o CPR tem sido, desde 1997, o principal responsável pelo desenvolvimento de ações de

formação de Língua Portuguesa, ao abrigo de projetos cofinanciados pelo Estado Português e pelo Fundo Social Europeu.”²⁵

O ACM tem ao dispor o programa PPT (Português para Todos) que consiste no desenvolvimento de cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam o nível A2 (utilizador elementar) e B2 (utilizador independente), do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - QECR e de cursos de português técnico. Os cursos são desenvolvidos pelas escolas da rede pública e pelos centros de emprego e formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Apesar da existência destes cursos, a verdade é que fora dos grandes centros urbanos nem sempre é fácil que os imigrantes consigam frequentar estes cursos, sobretudo devido ao facto da inexistência de número suficiente de inscrições. Desta forma, as instituições anfitriãs vêem-se obrigadas, elas próprias, a ministrar as aulas de português, com acesso a voluntários e técnicos das instituições anfitriãs, com o objetivo de familiarizar as famílias com a língua e cultura portuguesas.

É necessário que Portugal divulgue e respeite também a cultura do imigrante, o que vai fortalecê-lo bem como integrá-lo na comunidade, no país de acolhimento fornecendo um bem-estar social; este é e deveria ser o objetivo da sociedade humana: o bem-estar do grupo alicerçado na felicidade comum. Deve haver também consciência de “pertencer”, ou seja, de partilhar a existência com outros. Cada indivíduo deve reconhecer o carácter plural da sua própria identidade dentro das sociedades igualmente plurais, porque só assim é possível conservar a diversidade cultural.

A aquisição de competências linguísticas e comunicativas processa-se de forma diferente de indivíduo para indivíduo, havendo, para a maioria, duas etapas distintas, mas interligadas: a fase de acolhimento e a fase de integração. Na fase de acolhimento, o ensino do português deve ter como objetivo principal a familiarização com a língua e a cultura portuguesas, visando, também, minorar o isolamento físico e psíquico, estimular a autonomia e facilitar as relações interpessoais e interculturais.

O *Guia para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento no contexto da Educação Não Formal* (2016) propõe orientações técnicas para a organização de ações de ensino não formal que devem oferecer formação linguística e preparar os imigrantes para o acesso ao mercado de trabalho, bem como enquadrar-se

²⁵ <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>

numa das seguintes vertentes formativas: (i) Ações de Alfabetização, (ii) Ações de Iniciação ao Português, (iii) Ações com vista à Certificação.

As Ações de Alfabetização destinam-se principalmente a imigrantes iletrados/as, ou seja, imigrantes que não aprenderam a ler ou escrever, nem na sua língua materna, nem em qualquer outra língua do seu repertório linguístico. Complementarmente, poderão ser abrangidos também, por estas ações, imigrantes com níveis muito baixos de literacia; neste caso, imigrantes cujas competências de leitura e de escrita são inferiores às metas de aprendizagem definidas para a presente vertente de ENF.

3.3.2. Fatores que influenciam a aprendizagem e a importância na motivação para a aprendizagem e uso da Língua Portuguesa

A importância da aprendizagem do português para a adaptação do refugiado no país é indiscutível; no entanto, as dificuldades encontradas pelos refugiados no processo de aquisição e na construção de uma nova vida podem ser facilmente identificadas.

A fase inicial do acolhimento é particularmente difícil para um requerente de asilo. As dificuldades são consequências de vários fatores: traumas causados pela fuga, a estranheza da realidade presente e a incerteza quanto ao futuro. Estes fatores podem criar condições psicológicas pouco propícias à aprendizagem de uma nova língua.

Confrontado com uma língua que desconhece, o refugiado é impedido de expor as suas necessidades por desconhecimento da língua, pois não consegue ou tem muitas dificuldades em demonstrar a sua bagagem cultural e, como consequência, não se consegue afirmar perante o “Outro”. O domínio da língua é um dos fatores fundamentais na integração do refugiado, principalmente pelo facto de a barreira linguística condicionar severamente o acesso a qualquer outro aspeto referente à sua sobrevivência e, por isso, “surge como indispensável relacionar o processo da integração do sujeito com o desenvolvimento das suas competências em língua-alvo”, como afirma Grosso (2007, p. 2).

O ensino da Língua Portuguesa a imigrantes tem de ir ao encontro dos interesses, motivação e necessidades comunicativas que resultam das situações da vida quotidiana, das interações, dos contactos na vida social, profissional, das tarefas que têm de realizar numa língua que não é a sua. No confronto com dificuldades e à medida que vão tendo experiências, a aprendizagem da língua pode ser otimizada, e pode-se

minimizar o choque e a insegurança que o desconhecimento da língua e da cultura possam criar. O conhecimento sociocultural do país de acolhimento é, sem dúvida, um fator importante para a integração numa nova sociedade, para que também se promova a consciência intercultural, as relações interpessoais, bem como a partilha de saberes. Cada imigrante tem a sua história pessoal, a sua cultura, tradições e a aprendizagem de cada indivíduo é diferente. O facto de aprenderem a Língua Portuguesa num contexto de imersão é benéfico pois traduz-se numa oportunidade de aprendizagem e uso. A motivação da comunidade imigrante é também social. Note-se igualmente a importância da exposição direta à língua-alvo, num contexto de imersão, que se traduz em mais probabilidades de ter um melhor desempenho na comunicação, no contacto direto ou indireto com falantes nativos. Saber uma língua implica dispor de um conjunto de competências (gramatical, discursiva, sociolinguística), que constituem a competência comunicativa e que permitem a um falante compreender e produzir enunciados nessa língua, capacitando-o à participação dos direitos.

Na fase de integração, a formação profissional, o reconhecimento de competências e a inserção no mercado de trabalho são as maiores preocupações. Perante pessoas tão diferentes, com idades, antecedentes académicos, experiências de vida e expectativas tão diferentes, há que adaptar as metodologias aos interesses e às necessidades concretas dos aprendentes, para desenvolverem as suas potencialidades e melhorarem as suas capacidades de comunicação e de uso da língua nos múltiplos contactos da vida social e profissional. No ensino-aprendizagem de português, enquanto língua de acolhimento, há que ter em consideração a finalidade, os objetivos e as motivações que estão na origem dessa aprendizagem, bem como o contexto em que ela é feita. Isto porque aprender uma língua estrangeira não é o mesmo que aprender uma língua segunda ou uma língua de acolhimento, pelo que o processo de aprendizagem e de ensino deve ser especializado, o que não acontece com frequência.

De acordo com o *Guia para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento no contexto da Educação Não Formal* (2016, p.32): “Cabe ao/à formador/a transmitir o desejo e o gosto pela leitura e a escrita num sentido lato, elucidando os/as formandos/as a respeito da importância da literacia para atingir objetivos educativos e profissionais, para desenvolver conhecimentos e potencialidades e para participar na comunidade e na sociedade em geral. Cabe-lhe, em particular, apoiar os/as aprendentes e incutir neles/as a confiança necessária para alcançar metas leitoras imediatas (e.g.

soletrar o seu nome), intermédias (e.g. concluir a ação de alfabetização) ou a longo prazo (e.g. desenvolver um nível de literacia funcional).”

A aquisição de competências linguísticas e comunicativas, nas diversas áreas temáticas, deve ser estimulada por uma componente sociocultural dentro e fora da sala de aula que, para além dos objetivos a nível pedagógico, visa criar elos de ligação com o espaço e a sociedade em que os imigrantes estão inseridos, incluindo atividades como: (i) conhecimento de factos históricos e socioculturais associados a festas, tradições e costumes, datas históricas ou comemorativas; (ii) idas para a rua, visitas ao supermercado; visitas a museus, exposições, parques; (iii) idas ao teatro; (iv) passeios na área metropolitana de Lisboa e outras regiões; (v) convívios, jogos e festas.

Em indivíduos carentes de laços sociais e afetivos, estas atividades são particularmente importantes porque: (i) favorecem um maior relacionamento interpessoal e intercultural; (ii) facultam muita informação sobre o país e a cultura portuguesa nos seus múltiplos aspetos; (iii) proporcionam um claro alargamento do vocabulário; (iv) estimulam o debate nas aulas, o que conduz, inevitavelmente, a descodificações, comparações, etc.; (v) facilitam o diálogo intercultural, numa partilha de conhecimentos e ideias propiciada pela diversidade de países de origem.

A motivação é um fator primário para a aprendizagem da língua, pois impulsiona o aprendente a realizar as tarefas com sucesso. Ao reconhecer que a língua é um instrumento de comunicação, o imigrante interessa-se por aprender, demonstra estar consciente das suas necessidades de modo a efetivar a sua aprendizagem com sucesso, adquirir o saber-fazer, saber-viver e participar, ter autonomia na sociedade. Os fatores que vão influenciar a aprendizagem e a motivação do uso da Língua Portuguesa vão facilitar a integração, ou seja, poder falar o idioma, ter um emprego, respeitar as culturas locais, gozar de estatuto legal, o que é de extrema importância na integração.

3.4. Dificuldades de integração por parte dos refugiados e por parte de quem os acolheu.

Mudar de país ou viver fora do seu ambiente é um tumulto de novas informações e várias tentativas, muitas vezes frustradas, de adaptação. Os refugiados fazem parte das minorias étnicas em Portugal e, como tal, não se sentem confortáveis num país completamente desconhecido, sabem que não estão “em casa”. No entanto,

também sabem que se retornassem ao seu país provavelmente não iriam conseguir adaptar-se facilmente. Um imigrante refugiado sente-se perdido em todos os sentidos, isto é, de um lado estão as saudades de um tempo que não voltará e de um país e de uma casa para o qual não existe previsão de retorno; do outro, um país desconhecido que lhe oferece a possibilidade de um novo começo em segurança e harmonia e que, apesar de todos os obstáculos, será a opção mais viável para conseguir viver e sobreviver.

O *Relatório de avaliação da política de acolhimento de pessoas refugiadas: programa de recolocação* (2017) refere que, a nível do balanço no acolhimento de refugiados, “no que respeita às fraquezas, as referências mais comuns apontam para os procedimentos e apoios disponibilizados às entidades e às pessoas refugiadas. Nesse sentido, destacamos: falta de informação pré e pós-partida; montantes disponibilizados e período de apoio de 18 meses são insuficientes, bem como morosidade no pagamento de tranches dos protocolos entre SEF e entidades de acolhimento levando a um esforço financeiro das entidades de acolhimento devido a atrasos nos pagamentos; falta de cobertura nacional de programas de aprendizagem do português, desde o início e formação profissional; falta de acompanhamento e formação mais regular das equipas técnicas locais” (ACM, 2017, p. 34).

De uma forma geral, os obstáculos à sua integração prendem-se, na verdade, com questões económicas, sociais, laborais, de saúde, educação, entre outras. Assim, é importante referir que é possível identificar um conjunto de barreiras à integração dos imigrantes que podem ser enquadradas em três grupos: (i) barreiras ao nível jurídico, (ii) barreiras ao nível social relacionadas com a discriminação e (iii) barreiras fáticas, isto é, que estão relacionadas com a distância territorial, a diversidade de línguas e de culturas.

A vida dos imigrantes refugiados fica, literalmente, virada do avesso e uma vez que a mudança inclui comunicar numa língua diferente, a situação complica-se ainda mais. No entanto, a língua não traduz a única barreira no processo de integração dos refugiados. As barreiras da discriminação explicam, em parte, as dificuldades sentidas por parte dos imigrantes que são reinstalados em Portugal. Além disso, a sociedade poderá ou não facilitar a sua integração, dependendo da sua aceitação ou rejeição. Conforme já referido anteriormente, outro dos problemas que se reflete na integração destes indivíduos, a nível social, é o desconhecimento da língua, que pode conduzir a

situações de exclusão e a disputas no mercado de trabalho, o que pode gerar algumas tensões sociais, sobretudo num país em que há uma taxa de desemprego acentuada.

No *I Congresso – Imigração em Portugal diversidade-cidadania-integração* (2003), foi referido que muitos nativos continuam a ter atitudes negativas para com os imigrantes, o que também contribui para o aumento da criminalidade e da insegurança, resultando destes incidentes conflitos étnicos e sentimentos por parte da comunidade do país de acolhimento. Na maioria dos casos formam-se ideias negativas, estereótipos, representações que não correspondem ao real e que remetem para imagens construídas acerca do aspeto social, cultural, do modo de vestir e, sobretudo, acerca do país de origem destes imigrantes. Sabemos que atitudes de racismo, xenofobia e discriminação social resultam na segregação destes imigrantes, e é neste sentido que deverão ser estudadas melhores formas e políticas de integração e inclusão destas pessoas.

A maior parte da comunidade de acolhimento vê, na verdade, a imigração e a reinstalação dos refugiados como uma ameaça. Mas, em contrapartida, existe sempre uma troca de saberes, experiências, diversidade. Os conflitos e as dificuldades vão-se ultrapassando naturalmente, sendo no futuro uma mais-valia, pois a educação é baseada no respeito, entendimento e cooperação com o “Outro”. Ao viajar para fora do país, qualquer pessoa sente se, de certa maneira, como um intruso, pois é um sentimento comum para quem não entende a língua dos cidadãos de determinado país e para quem os seus hábitos são, em tudo, estranhos. Por estas razões torna-se oportuno dizer que devemos dar apoio e ser um povo acolhedor para que haja sempre um bom relacionamento entre os países e as suas comunidades.

À semelhança da Europa, Portugal também enfrenta algumas dificuldades no acolhimento e integração de refugiados e ainda há muito a fazer nesse sentido. Apesar disso, o país tem-se esforçado para acolher e integrar bem os refugiados, sobretudo através da PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados). A PAR é uma plataforma de organizações da sociedade civil portuguesa, para apoio aos refugiados, dando assim resposta à presente crise humanitária. Esta plataforma engloba dezenas de instituições, organizações e empresas, demonstrando um efetivo esforço de união para uma causa comum. Desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal recebeu 1.574 refugiados, sendo que a PAR acolheu 671 pessoas. Mais de 350 organizações portuguesas decidiram cooperar para dar resposta às necessidades dos imigrantes refugiados. Portugal tem, assim, demonstrado estar mais empenhado do que a Europa

em matéria de vontade, empenho e coesão entre a sociedade civil no acolhimento destes imigrantes.

3.5. Os referentes culturais portugueses na construção identitária dos imigrantes ou ex-imigrantes

Quando falamos em referentes culturais referimo-nos aos elementos que compõem o imaginário social e que identificam uma comunidade, um determinado grupo, cidade ou país. No fundo, é algo que os caracteriza e os dá a conhecer por essa particularidade, como um monumento característico de um país, uma dança típica, uma língua, um alimento, entre outros.

Todos temos referentes culturais, quem nos trouxe até aqui ou o que nos influenciou. No entanto, para nos desenvolvermos e amadurecermos temos que refletir sobre quem somos, isto é, temos que fazer o exercício de nos conhecermos a nós próprios e também aos outros.

É natural que as culturas em confronto - neste caso a cultura do refugiado em confronto com a cultura portuguesa - provoquem diversas reações de parte a parte, nomeadamente, estranheza, medo, curiosidade, desconfiança, amizade, inimizade, indiferença, assombro, entre outras (Silva, 2008). O imigrante que se desloca para outro país, habituado à sua língua, à sua cultura, vai encontrar muitas dificuldades. Neste sentido, destaca-se a questão da identidade, pois o indivíduo de certo modo vai integrar-se numa outra comunidade e acolher outros modos de vida, conviver com outras línguas, culturas e ao mesmo tempo vai (re)construindo a sua identidade ao longo da vida. Pode ter duas línguas, adquirir outros costumes, ter crenças numa determinada religião, são todas essas pertenças que formam a sua identidade.

A imigração em si já é um marco notório na identidade de um indivíduo e, por si só, poderá levar a uma crise de identidade, que tem a ver com a perda de uma estabilidade identitária e do sentido de “si próprio”, também designada por deslocamento ou descentramento do sujeito, que ocorre a dois níveis: (i) há um descentramento do sujeito do seu lugar no mundo social e cultural e (ii) um descentramento do sujeito de si próprio. Segundo Marques (2015, p. 22), “no caso da imigração, os indivíduos vivenciam todo um contínuo de novas experiências, que pelo seu carácter e impacto nas suas vidas, são potenciadoras de reflexão de valores e

mudança. Não é novidade que tudo o que vivemos faz de nós quem somos e que são as nossas experiências que nos permitem agir, ser, pensar de determinado modo.”

A cultura e a língua portuguesas são elementos característicos na reconstrução da identidade dos indivíduos refugiados. Antes de mais, para conhecer a língua do país de acolhimento é fundamental conhecer também a sua cultura. O conhecimento da cultura do país de acolhimento, neste caso a cultura portuguesa, tem como primeiro passo a comunicação na relação com os outros. Portanto, podemos afirmar que a reconstrução da identidade de um refugiado começa na comunicação com o Outro.

Tendo todos estes elementos presentes, no que diz respeito à integração dos imigrantes, há uma preocupação não só com a aprendizagem da língua, mas também com a cultura do país de acolhimento. Alguns países abordam os dois aspetos e exigem provas de conhecimentos nas duas áreas, pelo menos no que se refere à aquisição de nacionalidade. Noutros, embora não se façam testes de cultura, há uma preocupação pela transmissão dos fundamentos básicos da cultura do país e dos hábitos sociais. Em Portugal, para efeitos de aquisição da nacionalidade, como já abordado, o que é pedido é o nível de conhecimento da língua A2. Não há uma prova de conhecimentos de cultura portuguesa. No entanto, é sabido que este não é um aspeto negligenciado no que toca à integração dos imigrantes no nosso país, estando ele presente em todo o processo, nomeadamente aquando do ensino da língua de acolhimento.

3.5.1. Identidade cultural, Identidade Nacional e Identidade Linguística

De acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa*²⁶, *identidade* é um termo de origem latina (*identitate*) que designa o conjunto de traços próprios de um sujeito ou de uma comunidade, derivado da língua latina *idem* que significa igualdade e continuidade. Estas características distinguem o indivíduo (ou grupos de indivíduos) dos demais, um conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. A identidade é uma questão atual e muito abordada, que se revê muito na problemática da imigração e nos imigrantes que se vêm confrontados com um novo mundo. De acordo com Caldeira (2012, p. 14), “a identidade do indivíduo é constituída pela língua e cultura, traços

²⁶ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/identidade>

físicos e psicológicos, em suma a identidade é construída dentro de uma comunidade, moldada pela língua e cultura, envolve pessoas e espaços.”

Chen (2017)²⁷ define a identidade cultural como um conceito das áreas da sociologia e da antropologia, que remete para a cultura em que o indivíduo está inserido, isto é, a cultura que esse indivíduo partilha com os demais membros de um grupo ou comunidade (tradições, crenças, preferências). Além disso, determinados fatores de identidade são decisivos para que um determinado grupo faça parte de uma determinada cultura, como a história, o local, a raça, a etnia, o idioma e a crença religiosa. Por outras palavras, podemos definir a identidade cultural através da forma como um indivíduo vê o mundo ao seu redor e se posiciona em relação a ele. No entanto, se pensarmos que nos dias de hoje há contactos com o outro e a tendência das sociedades é de se tornarem cada vez mais multiculturais e plurilíngues, percebemos que a conceção de identidade não é fixa, isto porque a própria cultura não é algo fixo ou imutável, pelo contrário, está em constante evolução e mudança.

Marques (2015, p. 28) refere que “a identidade cultural é a marca que a nossa cultura deixa em nós. Enquanto seres humanos, seres sociais e seres pertencentes a um (ou mais) espaço(s), temos as nossas ideologias, o nosso modo de pensar e ver o mundo, as crenças, as tradições, os gostos, enfim, toda uma série de aspetos que juntos constituem a nossa cultura. Essa cultura não é só teórica, ela tem impacto e força na vida de cada um, ela acaba muitas vezes por moldar as nossas escolhas, as nossas vivências, as nossas atitudes. Faz parte da nossa identidade e também nos constrói enquanto pessoas.” A questão que se coloca, diretamente ligada à situação concreta dos refugiados em Portugal, é: existem, de facto, mudanças na identidade cultural, e não só, dos diferentes grupos de imigrantes em Portugal e, paralelamente, na sociedade que os acolhe?

Com efeito, as influências de uma cultura podem ser vistas como uma ameaça à identidade cultural destes indivíduos. De referir que o sentimento de pertença surge, essencialmente, a partir das experiências que os indivíduos desenvolvem durante a sua vida social. Por outro lado, a integração dos refugiados num outro país implica o abandono do seu país de origem, o que leva a um sentimento de perda de identidade o

²⁷ https://centerforinterculturaldialogue.files.wordpress.com/2017/08/kc22-cultural-identity_portuguese.pdf

que, consequentemente, pode levar a que estes se autoexcluam da sociedade que os acolhe. Dessa forma, podemos afirmar que há uma forte ligação entre a cultura/identidade cultural e o espaço, tanto o espaço de origem como aquele em que estes indivíduos estão inseridos. Tal como acontece com a língua e a cultura, qualquer indivíduo tem um ou mais espaços, uma nação com a qual se identifica e que se considera ser um fator fundamental na sua construção identitária. De uma forma geral, esse/s espaço/s é/são o/s sítio/s onde nasceu ou aquele em que cresceu, onde passou alguma ou a maior parte da sua vida, onde criou memórias e laços afetivos. A identidade nacional²⁸ é, portanto, o conceito que sintetiza um conjunto de sentimentos que simbolizam a pertença por parte do indivíduo a um determinado país.

No entanto, identidade nacional é, antes de mais, uma questão de política administrativa, de cidadania, de direitos e deveres de alguém que, de alguma forma, está ligado a um país, estado ou nação, como seu cidadão. Nesta ordem de ideias, podemos considerar o caso dos imigrantes refugiados que, muitas vezes, acabam por adquirir a nacionalidade do país de acolhimento, sendo que, na maioria das vezes, o que motiva esta aquisição não são motivos de identificação com o país ou motivos de ligação emocional e ou identitária ao país, mas sim questões práticas e legais.

Por sua vez, a construção da identidade em relação à língua e cultura tem sido um foco importante, pois a língua falada pelos membros de um grupo social e a identidade de um grupo é reconhecida pelo vocabulário, pelo sotaque e tem uma importância social e de continuidade histórica. Caldeira (2012, p.34) afirma que “quando uma pessoa está a escrever e a falar noutra língua está a moldar a sua identidade, pois a linguagem é o “emblema da identidade” é uma espécie de senha para entrar num território. Como na experiência da imigração, o indivíduo muda, tem outra perspectiva e assume ou não outras pertenças. Há uma abertura ao conhecimento a partir das experiências, mudanças ideológicas do imigrante, ele vai construir, reconstruir uma identidade e também de ter aprendido ou usado uma segunda língua.”

No fundo, a identidade linguística está ligada à identidade cultural e verifica-se a mudança ou preservação da língua/cultura, ou seja, por um lado defende-se a preservação da língua/cultura para não se perder a identidade; por outro lado, um imigrante poderá ser multicultural e adotar os hábitos, costumes, cultura e língua do país

²⁸ O conceito de identidade nacional só começou a ganhar força no século XIX, quando surgiu a noção de nação.

de acolhimento. Enquanto imigrantes num país que tem como língua uma língua que não é a sua, os refugiados são confrontados com uma situação em que têm que gerir uma situação linguística peculiar: ter maior facilidade em comunicar e pensar na língua materna, ao mesmo tempo que sentem a necessidade de aprender e comunicar na língua do país de acolhimento.

Assim, podemos concluir que na imigração é essencial que haja uma boa integração no país de acolhimento e que a identidade do imigrante não se dissolva; pelo contrário, espera-se que a mesma se alimente e cresça com todas as experiências e descobertas, pois só assim o indivíduo construirá a sua identidade cultural e linguística, e fará dela uma identidade mais rica.

3.5.2. Conservação da identidade linguística e cultural dos imigrantes e possibilidades de contacto com a sua comunidade de origem

O conceito de integração indica a capacidade de confrontar e de trocar valores, normas, modelos de comportamento, tanto da parte do imigrante como da sociedade de acolhimento. A integração é um processo gradual pelo qual os novos residentes se tornam participantes ativos na vida económica, social, cívica, cultural e espiritual do país de integração. Conforme indicado anteriormente, um imigrante não deverá prescindir da sua identidade cultural, nacional e linguística, mas sim torná-la mais rica através de novas experiências, novos hábitos, novos costumes e uma nova língua proporcionados pelo país de acolhimento.

Atualmente, as novas tecnologias são instrumentos indispensáveis para diminuir o fosso que existe entre o indivíduo refugiado e o seu país de origem, pois assim os imigrantes podem contactar através de mensagens eletrónicas, *chat*, via *webcam*, videoconferência, *e-mails*. Nestes contactos, pode ou não haver visualização do outro, e não há contacto físico, mas há sempre interação social que traz algum conforto aos que estão longe dos seus familiares e amigos, já que muitos deles não têm possibilidades de retornar ao seu país. É através desses meios de comunicação que contactam, retomam o diálogo com o seu país de origem e tentam reproduzir a sua cultura.

Quando os imigrantes estão longe do seu país de origem é natural que sintam nostalgia e saudade, mas através da internet, das redes sociais mantêm o contacto. Também os membros deslocados recriam a sua comunidade de origem e tentam recriar

um pouco das suas tradições, através de comida, vestuário, música, pois estão a viver num outro país, mas continuam sempre ligados ao seu país de origem. A distância permite uma certa crítica e a tendência de recriar costumes. Assim, quando os indivíduos estão deslocados, a sua identidade vai sempre ser moldada, e serão dotados de uma cultura mista. Desta forma, procuram valorizar e integrar as suas raízes da identidade cultural.

A integração e o contacto entre a comunidade migrante e a comunidade de acolhimento vão contribuir para a formação de uma comunidade de diversidade, de aceitação do outro e de que todos somos diferentes. A integração dos refugiados é efetiva quando os mesmos se adaptam à “nossa” forma de vida e, conservando a sua identidade, estabelecem contactos socioculturais positivos com a “nossa” cultura, sem exclusão, marginalização e sem que isso implique o abandono da sua cultura de origem e a sua substituição pela “nossa” cultura. Os imigrantes que permanecem no país de acolhimento, aceitam as condições da sociedade, a qual designa um processo social pelo qual indivíduos e grupos de indivíduos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradições, sentimentos e atitudes de outra parte ou no sentido de uma harmonia interna do próprio indivíduo ou grupo, o que constitui um indício da integração sociocultural.

Capítulo 4 – Estudo Empírico

4.1. Caracterização geral dos participantes

Neste Estudo, entrevistámos dois grupos, duas faces da mesma moeda, isto é, foram recolhidos dados do primeiro grupo, o de 6 imigrantes refugiados em Portugal, residentes em zonas distintas do país, do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 21 e os 48 anos. E foram também recolhidos dados do segundo grupo, composto por pessoas do sexo feminino e masculino que exercem funções em algumas instituições de acolhimento destes imigrantes, bem como um dos Gestores de Projetos no Programa de Coesão e Integração Social da Fundação Calouste Gulbenkian.

4.2. Aspetos Metodológicos

4.2.1- Descrição do Estudo

A investigação que aqui se apresenta corresponde a um estudo sobre dois grupos selecionados, um grupo de imigrantes refugiados em Portugal oriundos de países distintos - como Síria, Senegal, Afeganistão, e apátridas – e um grupo de intervenientes no processo de integração e acolhimento de imigrantes refugiados. O Estudo pretende observar os efeitos dos processos de imigração, em geral, e da aprendizagem da língua de acolhimento, em particular, do ponto de vista da integração e da identidade provocadas pelo processo de imigração forçada. Pretende-se perceber de que forma a língua e a experiência da imigração em Portugal, como país de acolhimento, terá tido impacto na identidade dos entrevistados e nas suas ligações com os países de origem, e quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos bem como pela comunidade de acolhimento.

Tratando-se de um estudo baseado numa amostra por conveniência e possível de nove participantes no total dos dois grupos, logicamente não trará respostas sobre o assunto a um nível superior, nem permite tirar ilações sobre estas questões de um ponto de vista coletivo e generalizado. No entanto, não deixa de ser um tópico interessante e de importante discussão. Observar e analisar comportamentos e efeitos da imigração nas pessoas - que são os atores de todo o processo - não é em vão, uma vez que permite perceber quais são alguns dos efeitos da imigração além das questões políticas, económicas, demográficas, entre outras.

4.2.3 - Instrumento linguístico

“A finalidade das entrevistas a realizar consiste, em última instância, na recolha de dados de opinião que permitam não só fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo, como também conhecer, sob alguns aspectos, os intervenientes do processo” (Estrela, 1994, p. 342).

O instrumento linguístico utilizado para a obtenção de dados para este Estudo foi a entrevista semiestruturada. O objetivo das entrevistas realizadas foi: i) obter dados sobre a perceção dos refugiados sobre as suas experiências de imigração em Portugal e

as questões que delas derivam, nomeadamente a integração e o seu impacto na identidade dos próprios indivíduos; ii) obter dados sobre os obstáculos/dificuldades no promover da integração dos imigrantes refugiados por parte da comunidade de acolhimento.

Os protocolos das entrevistas foram realizados de modo a que houvesse uma certa flexibilidade na colocação das perguntas, por parte do entrevistador, tendo em conta o desenrolar da própria entrevista e tendo em conta também que todos os participantes são diferentes e respondem a situações de entrevista de diferentes modos, isto é, alguns mostram mais à-vontade para falar e eles próprios vão fornecendo a informação que se pretende ao explicar as suas vivências, ao contrário de outros que funcionam melhor com perguntas mais diretas e que, caso contrário, não fornecem a informação que se espera.

Outro dos aspetos a ter em consideração foi o de que as entrevistas realizadas ao grupo de imigrantes refugiados em Portugal foram feitas em português e/ou inglês conforme a predisposição linguística de cada entrevistado.

Em todas as perguntas, de ambas as entrevistas, esperou-se que o entrevistado respondesse a partir da sua experiência pessoal e/ou opinião sobre o assunto em causa. Não há, portanto, respostas consideradas corretas ou incorretas, apenas se espera que o mesmo desenvolva o tópico em discussão.

4.2.4 - Recolha dos dados

Os dados foram recolhidos sob a forma de entrevistas realizadas pessoalmente e através de videoconferência. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As entrevistas foram encaradas propositadamente como uma conversa entre a entrevistadora e os entrevistados, de modo a deixá-los à vontade, não só para partilhar informações que inevitavelmente são informações pessoais (independentemente de ser garantida a confidencialidade), bem como para evitar desnecessários nervosismos e/ou que os informantes sentissem que lhes estavam a ser feitos juízos de valor, o que não só não é o caso como essa perceção comprometeria todo o trabalho da entrevista.

4.2.5 - Tratamento dos dados

Depois de recolhidos os dados das entrevistas, estes foram transcritos para posteriormente serem tratados. Nas transcrições foram codificados todos os elementos identificativos dos informantes (nomes, locais, etc.), de modo a respeitar o direito de confidencialidade dos participantes. A partir das transcrições foi, então, feita uma análise, para a qual também contribuiu a elaboração de gráficos onde foi organizada alguma da informação.

4.3- Análise e descrição dos dados

A descrição e discussão dos dados obtidos iniciam-se, portanto, com as declarações dos elementos grupo de imigrantes refugiados que foram entrevistados. A entrevista realizada a todos os participantes aborda essencialmente três vertentes: o processo e a comunidade de acolhimento²⁹, a língua de acolhimento³⁰ e a construção identitária do indivíduo refugiado.³¹

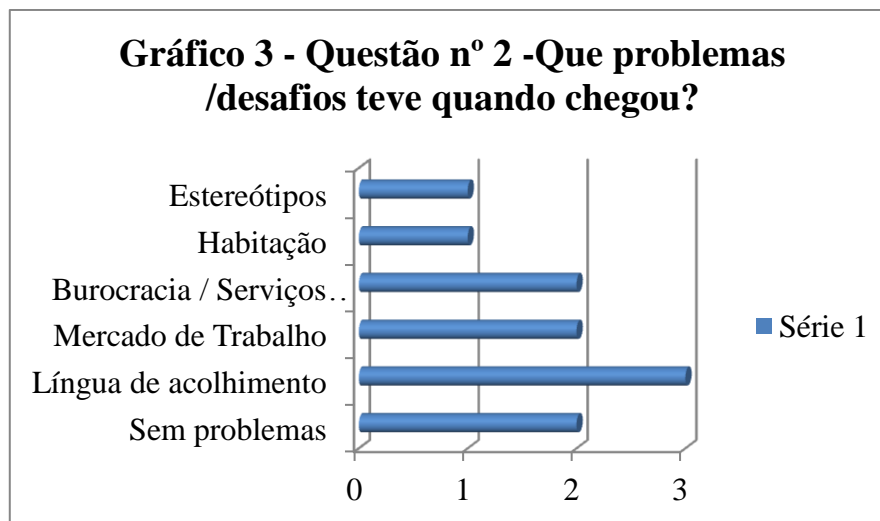
Conforme referido anteriormente, as perguntas foram colocadas de forma alternada para que houvesse uma certa flexibilidade nas respostas e para que os entrevistados respondessem intuitivamente.

Começando pelo processo de integração e comunidade de acolhimento, é importante referir que a totalidade dos imigrantes inquiridos vive em Portugal há mais de 4 anos, sendo que um dos elementos vive em Portugal há mais de trinta anos. Quando questionados acerca dos desafios / problemas que enfrentaram quando chegaram ao país de acolhimento, as respostas remeteram para fatores diferentes, no entanto a língua de acolhimento foi considerada o maior problema enfrentado aquando da chegada a Portugal, conforme podemos verificar pelo gráfico abaixo.

²⁹ Consultar Anexos 1 a 6 – questões nº 1, 2, 3, 4, 5, 15 e 17.

³⁰ Consultar Anexos 1 a 6 – questões nº 9, 10, 11, 12, e 16.

³¹ Consultar Anexos 1 a 6 – questões nº 6, 7, 8, 13, e 14.

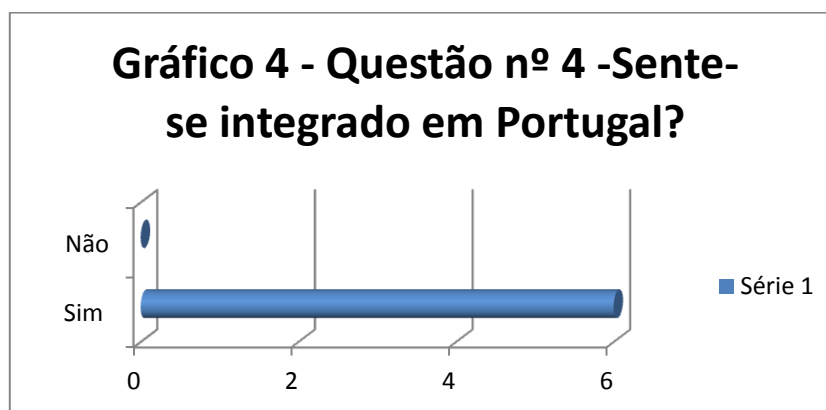


O Governo Português reconhece que é preciso melhorar a integração dos imigrantes refugiados.³² De facto, as respostas à questão em relação ao processo de integração revelam, na sua maioria, que apesar de se sentirem acolhidos pela comunidade e pelo povo português, existem ainda lacunas por resolver no que diz respeito à situação legal destes imigrantes descrita como demorada e pouco esclarecedora por parte dos serviços públicos. Além do medo e do choque inicial com uma cultura totalmente diferente, os relatos dos imigrantes apontam ainda no sentido de existir pouco apoio para a realização de cursos de aprendizagem da Língua Portuguesa e para uma aquisição da língua mais ao nível do contacto diário com os nativos.

O processo de integração é caracterizado por bastantes dificuldades, no entanto, a questão nº 4 do guião de entrevista pretende ficar a saber se apesar de todos os obstáculos os refugiados se sentem integrados em Portugal. A integração efetiva de um imigrante leva o seu tempo, mas na verdade, houve quem respondesse que os primeiros dois anos são os mais difíceis ao nível da integração e houve quem afirmasse que cinco anos no país de acolhimento são mais do que o suficiente para que se sintam integrados no mesmo, sendo que nesta altura já comunicam em Português, estudam, trabalham e têm alguns amigos portugueses. Além disso, sentem-se seguros e em casa, apesar de sentirem saudades do país e da família que deixaram para trás. As respostas foram mais

³² <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/governo-reconhece-que-e-preciso-melhorar-integracao-dos-refugiados-em-portugal-10193556.html>

ou menos elaboradas, mas todas se traduzem num parecer positivo por parte dos entrevistados, conforme podemos verificar no gráfico que se segue.



A comunidade de acolhimento tem um forte papel no processo de integração dos refugiados em Portugal. Essa valorização acerca do “acolhimento” por parte da comunidade portuguesa é reconhecida pelos refugiados entrevistados, que caracterizam o povo português como sendo *“pessoas boas que até hoje me ajudaram em tudo e que posso dizer que são a minha família portuguesa”*. Quando questionados sobre se eram bem tratados respondem com afirmações como *“Acho que a maioria das pessoas trata-me bem”*, *“Sim, como já mencionei, pessoas quando conhecem que vim da Síria mostram tristeza pelo que se está a passar lá e sempre tratam-me como igual, os professores na universidade também são super justos, uma vez estive a viver no Seminário da Nossa Senhora de Fátima e os padres lá deram-me um apoio espetacular e tratamento ótimo.”* Um outro: *“Todas as pessoas que conheço, quando reconhecem que sou da Síria, dizem-me imediatamente «sentimos muito por si e pelo seu país e desejamos-lhe uma vida melhor e mais bem-sucedida aqui em Portugal».* *“Na universidade tenho amigos que estão presentes sempre que preciso de ajuda.”*³³; *“Sim, a comunidade portuguesa é uma comunidade muito extrovertida, disposta a aceitar os outros, disposta a ajudar também. Na instituição em que ficámos as pessoas fizeram tudo que o que podiam para nos sentirmos confortáveis.”*³⁴, e *“Eu passei meus primeiros 8 meses aqui em uma residência universitária e as pessoas foram muito*

³³ Tradução da nossa autoria.

³⁴ Tradução da nossa autoria.

*legais, prestativas e tentando o seu melhor para facilitar a minha vida aqui. O apoio dos meus professores também das famílias dos meus amigos.”*³⁵

De uma forma geral, na visão dos imigrantes entrevistados, as maiores dificuldades e barreiras no processo de integração foram a língua portuguesa, a burocracia como “*o procedimento da matrícula na universidade demorou muito tempo, também ter uma entrevista para trabalhar, ou os procedimentos legais no SEF ou no CNAIM*” e até mesmo a inscrição num curso de aprendizagem de Língua Portuguesa, e, por fim, o mercado de trabalho sobre o qual foi indicado que o processo de integração não é muito claro, nem justo, sendo que existem ainda algumas dificuldades em reconhecer as capacidades profissionais destes imigrantes.

O segundo foco da entrevista baseia-se na língua de acolhimento, que consideram uma língua bonita e rica, e sobre a qual foram referidas sérias dificuldades de aprendizagem, sendo a gramática o ponto mais crítico. Apesar do apoio de outras pessoas bem como de família que já se encontrava no país, a maioria dos participantes refere que, nos dias de hoje, tem autonomia linguística porque aprendeu a comunicar no trabalho, em tarefas do quotidiano, através da televisão, rádio, a ler o jornal ou livros em português, ao mudar a língua dos dispositivos móveis como telemóvel ou “tablet” para português, ou simplesmente a tentar construir pensamentos/ideias em português.

Do grupo de seis imigrantes apenas dois referiram não ter frequentado qualquer curso, a par dos restantes quatro elementos que indicaram ter frequentado um ou mais cursos da língua de acolhimento como o PPT – Programa de Português para Todos, uma vez que consideram a aquisição da língua portuguesa um fator determinante no processo de integração e que, num de dois casos específicos, era determinante para obter a nacionalidade portuguesa e no outro para poder frequentar o ensino superior português. Apesar de terem frequentado os cursos de aprendizagem da língua, mencionam que aprenderam mais sobre a cultura e as tradições portuguesas através das amizades que fizeram com indivíduos portugueses, pois nas aulas dos cursos que frequentaram o tempo era demasiado limitado para abordar estes tópicos, sendo dada prioridade à gramática e ao vocabulário utilizado nas conversações do dia-a-dia.

Estes imigrantes vivem numa dupla realidade linguística, visto que no seu dia-a-dia são capazes de falar as duas línguas, sendo que para comunicar e no quotidiano a

³⁵ Tradução da nossa autoria.

língua escolhida é o Português, enquanto a língua materna de cada um é apenas utilizada pelos mesmos quando contactam com a família ou com amigos que se encontram fora de Portugal.

Por último, o terceiro ponto alvo de análise na recolha de dados incidiu sobre a perceção da construção identitária dos indivíduos refugiados. As saudades de um país que outrora foi o seu são evidentes em cada palavra proferida quando confrontados sobre a sua identidade. Dos seus lares restam, para já, apenas memórias. No entanto, os imigrantes continuam a manter contacto com os seus países de origem no qual têm amigos e família com quem não estão desde que abandonaram o país em busca de proteção e de uma vida melhor. Ainda assim, não pensam voltar aos seus países nos próximos tempos devido à falta de segurança e proteção causadas pelos confrontos e pela guerra, afirmando que tal ação seria cometer o seu suicídio.

As saudades que sentem do seu país não significam que não se identifiquem com o modo de vida em Portugal, mas sim que se sentem divididos entre duas ou mais culturas, sentimento que podemos rever em frases como: *“Eu sou do Afeganistão, pertencer a algum sítio é algo que nasce connosco, é a nossa cultura, mas também me sinto um bocadinho português porque agora é aqui que pertenço”*; *“A Síria é toda a minha infância e adolescência, também é a minha família, mas também Portugal é o meu presente e mais provável o meu futuro, os valores portugueses são muito elevadas e Eu acredito completamente neles”*; e *“Eu realmente não acredito em nacionalidades, mas se está a falar sobre como eu me sinto cá dentro, eu posso dizer claramente que sou uma mistura de todos os lugares em que eu já vivi antes. E com certeza 5 anos em Portugal fazem-me sentir português”*³⁶.

Na verdade, na maioria dos entrevistados, estes imigrantes consideram que serem cidadãos de dois países, o de origem e o de acolhimento, neste caso Portugal, não traz muitos conflitos a nível das suas identidades, embora haja momentos em que se deparam com reflexões interiores sobre o tema. Têm uma admiração elevada em relação à maneira como a comunidade portuguesa acolhe os refugiados e consideram que falar a língua portuguesa e adotar hábitos da cultura portuguesa, valoriza as suas raízes. Adquirir os hábitos da sua nova casa enriquece a sua identidade e em nada contradizem a cultura em que nasceram e cresceram, sendo que consideram a diversidade um

³⁶ Tradução da nossa autoria.

“conceito positivo”. Enquanto país de acolhimento, Portugal permitiu-lhes crescer e ter uma nova visão do mundo que desconheciam por completo.

Do outro lado do grupo de entrevistados está a comunidade de acolhimento, composta neste Estudo por instituições de acolhimento, bem como uma instituição que promove um programa de apoio à integração dos refugiados. Foram contactadas várias instituições das quais apenas duas deram uma resposta positiva no que concerne à realização da entrevista. A Cáritas Diocesana de Coimbra e o Município de Proença-a-Nova foram contactados e disponibilizaram-se a colaborar neste Estudo. Para o efeito, foram realizadas duas entrevistas a duas das suas colaboradoras que mantiveram contacto com as famílias que foram acolhidas.

Questionadas sobre a forma como surgiu a iniciativa de acolher pessoas refugiadas, ambas referem que surgiu face à preocupação manifestada e a convite do Alto Comissariado para as Migrações. A preparação para o acolhimento destes imigrantes nestas instituições foi realizada através de técnicas e linhas orientadoras do ACM, bem como com o apoio da PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados. A Cáritas Diocesana de Coimbra acolheu até hoje três famílias de refugiados, a par do Município de Proença-a-Nova que acolheu somente uma família, ambas constituídas por casais entre os 25 e os 45 anos, com filhos entre um a quatro, nas faixas etárias entre os 2 e os 16 anos.

O processo de integração foca-se em cinco objetivos: (i) Alojamento e alimentação – (ii) Acesso à Saúde (apoio psicológico) – (iii) Acesso à educação – (iv) Acesso ao Mercado de trabalho – (v) Aprendizagem da língua portuguesa. Em relação à família acolhida em Proença-a-Nova, foi indicado que todos os objetivos foram cumpridos, à exceção do acesso ao mercado de trabalho que ainda não tinha sido atingido. Por sua vez, a colaboradora da Cáritas indica também que a instituição não teve a tarefa facilitada, uma vez que duas das famílias acolhidas ficaram apenas entre 3 dias a 3 meses, tendo abandonado o projeto. Apenas a primeira família acolhida esteve na instituição cerca de 6 meses, tendo sido alcançados todos os objetivos, incluindo a inserção no mercado de trabalho na própria instituição, apenas do membro masculino, uma vez que o membro feminino se encontrava com gravidez de risco. É referido que nenhuma das famílias aceitou apoio psicológico durante o processo de acolhimento e que consideram que as maiores barreiras ao processo de integração são a língua, tanto para os imigrantes bem como para a comunidade de acolhimento, e as diferenças

culturais e sociais, além das elevadas expectativas que os imigrantes trazem em relação ao país de acolhimento. Portanto, a opinião relatada nas entrevistas realizadas é a de que para uma boa integração, é fundamental a aprendizagem do português já que o contacto com pessoas na mesma situação de aprendizagem pode estimular a integração social e facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

“Considero que esta foi uma experiência bastante enriquecedora, quer a nível profissional, quer a nível pessoal. É impossível ficar indiferente a todas as dificuldades que estas famílias tiveram que enfrentar e terão ainda que enfrentar! Sobretudo quando há crianças que veem o seu processo de crescimento interrompido por diversas razões... Nestas situações, a empatia é imprescindível, pois creio que só assim, independentemente do tempo que cada família permanece connosco, é possível estabelecer uma boa relação com a família.”

Assim, o papel da comunidade foi o de “acolher” como se os refugiados já fizessem parte da mesma, reagindo, na visão de ambas as entrevistadas, com normalidade a todo o processo. Contudo, algumas famílias ficaram muito pouco tempo, não permitindo verificar qual o impacto a médio e longo prazos, sendo que as condições económicas que outros países de acolhimento oferecem e o facto de terem familiares noutros países (reagrupamento familiar) são apontadas como as possíveis causas para que estes imigrantes tenham abandonado o nosso país. Sobre Portugal, enquanto país de acolhimento, consideram que a comunidade não deve ficar indiferente a esta problemática e que Portugal parece ter um plano de acolhimento adequado na sua generalidade. No entanto, é defendido que deveria ser privilegiado o reagrupamento familiar destes imigrantes, bem como investir no ensino-aprendizagem da língua de acolhimento.

É nesse sentido que descrevemos os dados obtidos na entrevista realizada ao um dos Gestores de Projetos no Programa de Coesão e de Integração Social (PCIS), promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Em primeiro lugar, sabemos que o fundador da Fundação Calouste Gulbenkian estabeleceu, em testamento, quatro áreas regulamentares de intervenção: Caridade, Educação, Arte e Ciência. O PCIS enquadra-se na área social tendo surgido em 2018, com duração prevista até 2022, na sequência de projetos anteriores como o Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano e o Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano.

Como objetivos, o programa “[...] procura incentivar novas dinâmicas no setor social, através da adoção de abordagens inovadoras aos desafios sociais e da utilização de novas ferramentas de financiamento e gestão das organizações. Está particularmente focado na promoção do bem-estar e qualidade de vida de grupos vulneráveis da população, nomeadamente crianças e jovens, idosos, migrantes e refugiados.”³⁷ O entrevistado considera que *“O ponto de partida e absolutamente primário para uma boa integração num país de acolhimento passa pela aprendizagem da língua desse país. Neste quadro, o PCIS tem apoiado projetos que “utilizam as artes” como complemento do ensino do português, nomeadamente do Teatro (Refugiados Adultos) e das artes plásticas (Menores Desacompanhados).”* A intenção do programa passa por trabalhar toda a área das migrações e não apenas a questão dos Refugiados. No entanto, no caso concreto destes imigrantes, a Fundação Calouste Gulbenkian, entre 2014 e 2018, tem apoiado algumas organizações portuguesas que no terreno trabalham diretamente com Refugiados como o Conselho Português para os Refugiados, o Serviço Jesuíta aos Refugiados e a Plataforma de Apoio aos Refugiados.

Quando questionado acerca dos resultados já possíveis de enumerar, o entrevistado indicou que *“há toda uma dimensão de “soft skills” que procuramos trabalhar – auto-estima, respeito pelo próprio, resiliência, autocontrolo, ...”*. No entanto, *“Este é um público muito complexo pois traz acumuladas várias problemáticas (nem sempre coincidentes): traumas, famílias desfeitas, vítimas de violência física ou psicológica, mulheres habituadas a não terem direitos nem voz, entre tantos outros. Esta complexidade leva a que as intervenções tenham de ser muito cuidadas e prementemente monitorizadas pois com boas intenções pode-se estar a agravar a situação de pessoas ou famílias. Temos tentado direccionar uma atenção especial para o trabalho com mulheres e jovens adultos que durante muitos anos estiveram afastados do contexto escolar/formativo e estão em desvantagem na sua integração no país de acolhimento.”*

A questão da imigração e da integração dos imigrantes tem tido uma importância crescente nomeadamente nos últimos anos, devido à elevada taxa de imigração em Portugal, da interação entre as culturas e identidades diversas. Por outro lado, a vinda de povos oriundos de outros continentes, parece que nem sempre é bem

³⁷ : <https://gulbenkian.pt/programas/programa-gulbenkian-coesao-e-integracao-social/>

vista pela população portuguesa. Quando confrontado com esta afirmação o Gestor de projetos do PCIS refere que não concorda com a mesma, porém, reconhecendo que em Portugal há ainda problemas de integração e inclusão das populações migrantes. É notório o esforço que Portugal tem realizado neste âmbito da integração destes imigrantes, contudo, acredita que para alcançar a tão falada “Igualdade de Oportunidades” há ainda um longo caminho a percorrer, algo que considera que nunca será promovido a 100% em nenhum país de acolhimento da Europa.

A nível europeu temos muito para evoluir neste campo, sendo que a nível nacional, para uma integração mais eficaz dos refugiados em Portugal, defende que enquanto país de acolhimento o país luso deverá *“manter-se sempre ativo e de porta aberta perante qualquer crise internacional que gere movimentos em massas de procura de proteção internacional (como tem feito nos últimos anos), mas deve estar especialmente atento àqueles em que haverá maiores probabilidades de haver maior vontade de vir para Portugal. Aqui a agenda mediática e a agenda do bom senso (e por vezes aceitação de pouca visibilidade exterior/mediática) terá de ser revista e muita diplomacia deverá ser aplicada (área em que somos excelentes).”*

Conclusões

Em primeiro lugar, torna-se importante referir que, ao longo deste Estudo, o contacto com os entrevistados não foi fácil. Isto é, ao contactar com os imigrantes refugiados para este debate e para realizar uma entrevista de forma a perceber melhor o seu processo de integração, na sua grande maioria referiram não querer falar nem expressar a sua opinião sobre o tema, sem referir qualquer motivo. Por outro lado, os que se disponibilizaram para fazê-lo demonstraram uma grande vontade de revelar a sua opinião e sentiram-se satisfeitos e gratos ao perceber que este estudo tem como finalidade perceber, através dos seus relatos, como se concretiza a sua integração no país de acolhimento e quais as dificuldades sentidas.

No entanto, as dificuldades na obtenção de dados foram sentidas também ao contactar com diversas instituições portuguesas que acolheram imigrantes refugiados. Foram contactadas cerca de 30 instituições de acolhimento, as quais emitiram respostas como: *“De momento já não temos nenhuma família.”*; *“Aqui na paróquia acolhemos uma família que infelizmente se foi embora. De momento não temos nenhuma família de*

refugiados aqui acolhidos. Eles fugiram. Ficaram muito pouco tempo.”; “Os refugiados que vieram para a região de Coimbra e que nós iríamos acompanhar apenas ficaram na cidade uma semana. Os refugiados foram embora silenciosamente sem qualquer palavra, carta ou semelhante. Assim, não poderemos ajudar no pedido que nos dirige.”; e “Como já deve ter percebido pelos contactos que fez, muitas das pessoas acolhidas que deixaram os locais de acolhimento antes de terminar o período previsto simplesmente saíram sem se despedirem e sem avisar que iam partir. Foi o que aconteceu aqui. Todos os meios que utilizávamos para comunicar enquanto cá estavam (telemóvel, conta Facebook) ficaram inativos.”

Posto isto, a maioria das instituições contactadas indicaram não ter convivido o suficiente com estes imigrantes para que pudessem responder às questões da entrevista. Assim sendo, foram recolhidas informações de duas instituições, uma delas pertencente ao Município de Proença-a-Nova e a outra à Cáritas Diocesana de Coimbra. Além dos contactos a instituições de forma a tentar compreender as dificuldades da comunidade de acolhimento, decidimos ir mais além e contactar a Fundação Calouste Gulbenkian com o intuito de recolher dados acerca do Programa de Coesão e Integração Social.

Além de obter algumas respostas, o objetivo inicial deste trabalho era o de refletir acerca do processo de integração dos imigrantes refugiados em Portugal e tudo o que esse processo acarreta, nomeadamente a construção/preservação da identidade cultural, nacional e linguística dos imigrantes, o impacto da sua chegada na comunidade de acolhimento e a aprendizagem da língua de acolhimento.

Através deste Estudo foi-nos possível aprofundar conhecimentos, relembrar conceitos e noções que permanecem “esquecidos” na consciência da nossa comunidade como, por exemplo, o verdadeiro significado de “Refugiado”.

Os dados obtidos através deste Estudo levam a crer que, em relação ao grupo de refugiados entrevistados, a identidade dos imigrantes sofre alterações de um ou dois modos: mudança propriamente dita, ou adição de elementos identitários. A mudança é possível de identificar quando os entrevistados afirmam, por exemplo, que viver em Portugal fez com que tivessem outra visão do mundo e indicam terem apreendido novos valores culturais por convivência com os portugueses, como a importância e o valor da família na cultura portuguesa, transmitindo-se por isso numa maior abertura a nível social e intelectual. A chamada adição de elementos identitários inclui o conhecimento de novas realidades, a adoção de alguns hábitos portugueses, a aprendizagem da língua

e da cultura, entre outros, que acabam por culminar num sentimento de identidade híbrida e de pertença a ambos os países, o de origem e o de acolhimento.

Tal como esperado, verificou-se que os entrevistados mantêm uma ligação muito próxima com as suas origens, mantendo contacto na língua materna, com família e amigos que ficaram no seu país. Na maioria, querem voltar um dia ao sítio que os viu nascer; no entanto, sabem que essa é uma hipótese remota devido às condições sociais e políticas que os seus países atravessam.

O ensino-aprendizagem da língua de acolhimento, neste caso a Língua Portuguesa, foi a maior dificuldade sentida por estes imigrantes no seu processo de integração. O público-alvo imigrante reconhece que é a chave para comunicar e integrar-se na sociedade. Ora, este é um tópico que nos daria, como se diz na gíria, “pano para mangas”. Bem sabemos que os cursos de aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento estão previstos no Plano Nacional para o Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas Recolocadas. Contudo, os imigrantes referem que a burocracia para a inscrição num dos cursos é muita e que a mesma se transforma num processo demasiado demorado para as necessidades legais dos mesmos. Sobre este tópico, consideramos importante a promoção da aprendizagem da língua de acolhimento, sendo que há ainda que agilizar e priorizar os processos relacionados com o acesso à educação e a este tipo de cursos.

Quanto à comunidade de acolhimento, podemos referir que os entrevistados das instituições acima referidas indicam que também eles sentem dificuldade ao nível da comunicação com estes refugiados, sendo que a aprendizagem da língua de acolhimento é essencial para que se possa concretizar o maior desafio da integração, o acesso ao mercado de trabalho. O confronto da comunidade de acolhimento com os imigrantes refugiados é considerado um choque com uma realidade que coexiste, e que se tornou para estes entrevistados, numa experiência enriquecedora. Como parte integrante da comunidade de acolhimento, também partilhamos da mesma opinião: foi enriquecedor poder contactar com os imigrantes refugiados, muitas vezes colocando-nos no lugar do outro para melhor compreender as suas palavras, os seus receios e as suas ambições.

Os imigrantes procuram uma vida melhor no país de acolhimento e trazem consigo a diversidade cultural, novos modos de pensar, crenças, tradições, entre outros. Podemos afirmar que há um enriquecimento cultural e linguístico, e que dessa forma

pode-se assim conhecer outras culturas, outros valores e, sobretudo, podemos aprender uns com os outros.

No âmbito desta investigação é importante salientar a entrevista realizada a um dos Gestores de Projetos do Programa de Coesão e Integração Social da Fundação Calouste Gulbenkian, já que nos dias de hoje, é fundamental haver um apoio no que toca ao ensino da língua de acolhimento a imigrantes refugiados, de modo a integrá-los o melhor possível na sociedade de acolhimento.

Para os imigrantes entrevistados, dificuldades à parte, Portugal é um bom exemplo enquanto país de acolhimento, sendo que há que ir trabalhando para que se possam ir corrigindo as falhas que existem e se adequem atitudes e políticas de integração às necessidades dos refugiados, bem como da própria comunidade de acolhimento.

Assim, há ainda um longo caminho a percorrer a nível nacional e a nível europeu. Quanto ao processo de integração resta-nos ainda a dúvida sobre se será a integração de imigrantes refugiados a 100 % nos países da Europa.

Por esse motivo, na nossa perspetiva, torna-se imperativo procurar novas formas de promover uma boa integração que respeite os direitos humanos destas pessoas. Consideramos importante a abordagem a este tema pois a diversidade cultural e linguística, da qual fazem parte os refugiados, é uma mais-valia para a sociedade no que toca à integração, bem como na troca de saberes e experiências. Portanto, falar e ter contacto com várias línguas e várias culturas no contexto multicultural é uma forma de aproximar povos diferentes, estabelecendo um melhor conhecimento do outro e um entendimento mútuo, sendo essas as bases de um relacionamento de paz e de desenvolvimento.

Bibliografia

ACM. (2017). *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas: programa de recolocação*. Lisboa:ACM.

ACIME (2004). *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Lisboa: ACIME.

Bolas, M. (2012). *Crianças e Jovens Refugiados em Portugal, Percursos de Integração*. (Relatório de estágio). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Cabete, M. (2010). *O processo de ensino-aprendizagem do Português enquanto língua de acolhimento*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Caldeira, P. (2012). *A Imigração em Portugal: o Português língua de acolhimento e as problemáticas da identidade linguística e cultural*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Caels, F. (2016). *Guia para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento (PLA) no contexto da Educação Não Formal (ENF)*. Lisboa: ACM, I.P.

Chen, V. (2017). *Conceitos Chave no Diálogo Intercultural*., n. 22. Singapura: Nanyang Technological University.

Curricular, D. G. D. (2011). *QuaREPE – Quadro de Referência para o Ensino de Português no Estrangeiro, Documento Orientador*. Lisboa: Ministério da Educação.

Edwards, J. (2009). *Language and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes: uma estratégia de Formação de Professores*. 4ª edição, Porto: Porto Editora.

Grosso, M. J. (2010). Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de linguística aplicada* 9, n. 2, Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, pp. 61-77.

Grosso, M. J. (2007). *As competências do utilizador elementar no contexto de acolhimento*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Hunddleston, T. et al. (2007). *MIPEX: Índice de Políticas de Integração de Imigrantes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e British Council.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005). Tomo XI e XV. Lisboa: Instituto António Houaiss de Lexicografia.

Mateus, M. (2008). *Difusão da Língua Portuguesa no Mundo*. Brasil : s/e.

Marques, M. (2015). *A imigração e a língua de acolhimento em Portugal: Questões de identidade e integração*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Santinho, M. (2016). *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. Lisboa: Alto-Comissariado para as migrações (ACM, I.P.).

Santinho, M. (2013). *Afinal, que Asilo é este que não nos protege?* Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Semedo, G. (2011). *Políticas de Integração: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto de acolhimento e integração de adultos migrantes*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Silva, M.C.V. (2008). *Diversidade cultural na escola: encontros e desencontros*. Lisboa: Colibri.

Tavares, M. (1998). *O insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal: uma abordagem antropológica da educação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Webgrafia

ACM, Plano Estratégico para as Migrações (PEM), disponível em:
<https://www.acm.gov.pt/pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem->

ACM, Viver, Porquê Portugal?, disponível em:
<https://www.acm.gov.pt/pt/viver/portugal>

ACM, Programa Português para Todos, disponível em:
<https://www.acm.gov.pt/pt/-/programa-ppt-portugues-para-todos>

ACM, Relatório de acompanhamento e reinstalação de refugiados - Portugal é o 4.º país com mais recolocações, disponível em:
<https://www.acm.gov.pt/-/ce-publica-9-relatorio-de-acompanhamento-para-a-recolocacao-e-reinstalacao-de-refugiados-portugal-e-o-4-pais-com-mais-recolocacoes>

UN, Crise de refugiados sobre solidariedade, disponível em:
<https://www.un.org/press/en/2016/sgsm17670.doc.htm>

UNHCR, 2015: The year of Europe's refugee crisis, disponível em:
<https://www.unhcr.org/news/stories/2015/12/56ec1ebde/2015-year-europes-refugee-crisis.html>

CPR, Português Língua Estrangeira, disponível em:
<http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>

CPR, Posição do ECRE sobre a Integração dos Refugiados na Europa, disponível em:
http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html

ACNUR, Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, disponível em:
<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html>

Dicionário Priberam, disponível em:

<https://dicionario.priberam.org/>

E-Dicionário de Termos Literários, Multiculturalismo, disponível em:

<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/multiculturalismo/>

IPAD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, disponível em:

<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2009-portuguese-summary.pdf>

IEFP, Programa Português para Todos, disponível em:

<https://bdfaq.iefp.pt/index.php?action=artikel&cat=93&id=791&artlang=pt>

Programa Gente como Nós, disponível em:

<https://www.tsf.pt/programa/gente-como-nos.html>

Programa Escolhas, disponível em:

<https://www.programaescolhas.pt/>

Projeto Speak, disponível em:

<https://www.speak.social/pt/about-speak/>

Infopédia Dicionários Porto Editora, disponível em:

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/identidade>

TSF, Governo reconhece que é preciso melhorar integração dos refugiados em Portugal, disponível em:

<https://www.tsf.pt/sociedade/interior/governo-reconhece-que-e-preciso-melhorar-integracao-dos-refugiados-em-portugal-10193556.html>

Gulbenkian, Programa de Coesão e Integração Social, disponível em:

<https://gulbenkian.pt/programas/programa-gulbenkian-coesao-e-integracao-social/>

Anexos

Anexo 1

Protocolo de Entrevista a emigrantes refugiados em Portugal

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para a dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, com o objetivo de saber qual o seu contributo na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal.

Agradeço desde já a sua colaboração!

Data da Entrevista: 12-01-2019

Idade: 48

Sexo: Masculino

Nacionalidade: Senegalês

1- Há quanto tempo vive em Portugal?

Vivo em Portugal há 30 anos.

2- Que problemas/desafios teve quando chegou?

Habitação, língua e mercado de trabalho.

3- Como foi o seu processo de integração, quer a nível legal, quer social, quer temporal ou outro?

Boa integração porque tive pessoas que me acolheram bem, e me ajudaram em todos os aspetos e a integração correu dentro da normalidade.

4- Sente-se integrado em Portugal? Justifique.

Sinto, as pessoas acolheram-me bem.

5- As pessoas tratam-no bem? Pode dar exemplos?

Sim tratam, tive pessoas boas que até hoje me ajudaram em tudo e que posso dizer que são a minha família portuguesa.

6 - Identifica-se com os hábitos e o modo de vida em Portugal? Justifique.

Identifico menos com alguns hábitos alimentares como, por exemplo, a carne de porco devido à cultura.

7- Mantem ligação com o seu país de origem? Tem saudades? Pretende regressar?

Mantenho, não tenho saudades do país e não pretendo voltar. Apenas da família.

8 - Mesmo estando longe, continua a sentir-se x (nacionalidade)? Ou também um bocadinho português?

Sinto-me metade senegalês e metade português.

9 - Em relação à língua, o que sentiu quando chegou?

Não senti falta de apoio porque tinha familiares que me ajudaram na integração, mas dificuldades ao nível da língua escrita e falada.

10 - Como aprendeu português cá? (Dia a dia, escola, trabalho...)

No trabalho.

11 - Frequentou algum curso de português? Qual? Porquê? O que achou?

Sim para tirar a cidadania portuguesa.

12 - No dia-a-dia, atualmente, fala apenas português e/ou a sua língua materna? Em que situações fala qual?

Falo no dia-a-dia português só com a minha família e que falo a língua materna

13 - Falar português e adotar hábitos portugueses, sente isso como uma ameaça à sua identidade ou como uma desvalorização das suas raízes? Justifique.

Sinto uma valorização das minhas raízes, aprendi hábitos e uma língua nova.

14 - Sente que ter imigrado o mudou enquanto pessoa, na sua identidade? Justifique.

Tornei-me uma pessoa mais rica em saber e a nível de trabalho porque aprendi uma profissão que não tinha no meu país.

15- O que é que pensa sobre o povo e a cultura portuguesas?

É um povo inteligente mas com uma língua complicada.

16 – Nas aulas de Português, é abordado o tema da cultura e da tradição portuguesa? Se sim, como?

Não foi abordado, porque tive pouco tempo de aulas.

17 – Quais as maiores dificuldades e barreiras no processo de integração? Língua, costumes, sociedade, burocracia, outras?

Foi principalmente a língua portuguesa.

Anexo 2

Protocolo de Entrevista a emigrantes refugiados em Portugal

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para a dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, com o objetivo de saber qual o seu contributo na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal.

Agradeço desde já a sua colaboração!

Data da Entrevista: 14/01/2019

Idade: 28

Sexo: Masculino

Nacionalidade: Afeganião

1- Há quanto tempo vive em Portugal?

Eu vivo em Portugal há 4 anos.

2- Que problemas/desafios teve quando chegou?

Quando cheguei a Portugal o maior problema foi a língua porque sem saber a língua não conseguia comunicar com as pessoas, o segundo maior problema foi conseguir arranjar trabalho.

3- Como foi o seu processo de integração, quer a nível legal, quer social, quer temporal ou outro?

O processo de integração foi um pouco difícil porque quando chegamos a um país com uma cultura diferente a integração leva o seu tempo.

4- Sente-se integrado em Portugal? Justifique.

Nos primeiros dois anos aqui em Portugal não me senti integrado mas agora sinto, porque agora consigo comunicar com as pessoas e já tenho um trabalho e alguns amigos também.

5- As pessoas tratam-no bem? Pode dar exemplos?

Acho que a maioria das pessoas trata-me bem. Em qualquer lado no mundo existem boas e más pessoas por isso...

6 - Identifica-se com os hábitos e o modo de vida em Portugal? Justifique.

É diferente, mas acabamos por nos habituar. A alimentação é mais difícil para mim porque sou muçulmano.

7- Mantem ligação com o seu país de origem? Tem saudades? Pretende regressar?

Sim, mantenho contacto com o meu país porque tenho lá família. Tenho saudades do meu país mas não quero voltar porque não existe muita segurança por causa da guerra.

8 - Mesmo estando longe, continua a sentir-se afegão? Ou também um bocadinho português?

Eu sou do Afeganistão, pertencer a algum sítio é algo que nasce connosco, é a nossa cultura, mas também me sinto um bocadinho português porque agora é aqui que pertenço.

9 - Em relação à língua, o que sentiu quando chegou?

Quando cheguei a Portugal não me senti bem relacionado com a língua porque é uma língua difícil e não é fácil aprender.

10 - Como aprendeu português cá? (Dia a dia, escola, trabalho...)

Aprendi português no trabalho, a falar com colegas e outras pessoas.

11 - Frequentou algum curso de português? Qual? Porquê? O que achou?

Frequentei um curso de português porque precisava aprender a gramática da vossa língua, e agora sinto que consigo falar muito melhor.

12 - No dia-a-dia, atualmente, fala apenas português e/ou a sua língua materna?

Em que situações fala qual? Falo no dia-a-dia português, só falo a minha língua materna com a minha família.

13 - Falar português e adotar hábitos portugueses, sente isso como uma ameaça à sua identidade ou como uma desvalorização das suas raízes? Justifique.

Não, pelo contrário. Somos o que somos, mas ter outros hábitos e saber falar outra língua só nos enriquece.

14 - Sente que ter imigrado o mudou enquanto pessoa, na sua identidade? Justifique.

Sim, sinto que ter imigrado para Portugal trouxe muitas mudanças positivas na minha vida. A minha essência é a mesma, mas sou uma pessoa com outra visão do mundo.

15- O que é que pensa sobre o povo e a cultura portuguesas?

Gosto dos portugueses, são boas e pacíficas pessoas e ajudam os outros. Apesar de ainda não conhecer muito, gosto da cultura.

16 – Nas aulas de Português, é abordado o tema da cultura e da tradição portuguesa? Se sim, como?

No curso que frequentei não foi abordado.

17 – Quais as maiores dificuldades e barreiras no processo de integração? Língua, costumes, sociedade, burocracia, outras?

As maiores dificuldades foram como já disse, a língua, e depois as burocracias que são muitas.

Anexo 3

Protocolo de Entrevista a emigrantes refugiados em Portugal

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para a dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, com o objetivo de saber qual o seu contributo na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal.

Agradeço desde já a sua colaboração!

Data da Entrevista: 26-01-2019

Idade: 21

Sexo: masculino

Nacionalidade: Sírio

1- Há quanto tempo vive em Portugal?

Há 3 anos e tal.

2- Que problemas/desafios teve quando chegou?

O meu percurso em Portugal foi relativamente fácil quando comparar com os outros refugiados, sendo apoiado pela plataforma global dos estudantes Sírios, fundada pelo antigo presidente da República Dr Jorge Sampaio.

3- Como foi o seu processo de integração, quer a nível legal, quer social, quer temporal ou outro?

A nível legal, tive o meu título de residência depois de passar 7 meses, e logo a seguir tive a minha conta bancária, mas inscrevi na universidade antes disso, começava estudar no Instituto Superior Técnico no segundo semestre de 2015/2016.

A nível social, aprendi falar português rápido, mas sem frequentar cursos de língua devido a não ter vagas na altura, isto foi desafiante porque a universidade precisava do certificado DIPLE para poder matricular, consegui obter este certificado antes de inscrever, na universidade já tenho muitas colegas e amigos, sempre quando houver qualquer ocasião juntamos, nunca foi tratado numa forma diferente ou como refugiado mas sempre como igual, e nunca sofri de qualquer racismo.

4- Sente-se integrado em Portugal? Justifique.

Sim, há 3 anos o Portugal foi um dos muitos países neste mundo, agora é a minha primeira casa em que sinto me seguro, e com equivalência de oportunidades, e também o país onde que a acabei a minha graduação universitária e comecei a trabalhar.

5- As pessoas tratam-no bem? Pode dar exemplos?

Sim, como já mencionei, pessoas quando conhecem que vim de Síria mostram tristeza do que está a passar lá e sempre tratam me como igual, os professores na universidade também são super justos, uma vez estive a viver no Seminário da nossa Senhora Fátima e os padres lá deram me um apoio espetacular e tratamento ótimo.

6 - Identifica-se com os hábitos e o modo de vida em Portugal? Justifique.

Ler poesia e literatura Portuguesa, Almoçar ao meio dia em vez de mais tarde (o costume na Síria), beber vinho e ouvir fado, o peixe é um parte essencial da comida.

7- Mantem ligação com o seu país de origem? Tem saudades? Pretende regressar?

Sim, a minha família ainda está a viver lá, sempre quando houver oportunidade de contactar nós falamos, não vi os há três anos, tenho muito saudade deles, Eu gostaria muito de voltar mas neste momento isto é um suicídio, por isso o mais fácil será se eles visitar me ou vir para cá, mas isto ainda é complicado.

8 - Mesmo estando longe, continua a sentir-se x (nacionalidade)? Ou também um bocadinho português?

Felizmente ser sírio e ser português não traz muitos conflitos, tenho amigos sírios cá e também nos juntamos ocasionalmente, A Síria é toda a minha infância e adolescência, também é a minha família, mas também Portugal é o meu presente e mais provável o meu futuro, os valores portugueses são muito elevadas e Eu acredito completamente neles.

9 - Em relação à língua, o que sentiu quando chegou?

Foi extremamente estranha, posso recordar isso quando vi um dos meus amigos portugueses a ouvir me falar árabe, mas depois descobri que é uma linguagem muito rica e bonita.

10 - Como aprendeu português cá? (Dia a dia, escola, trabalho...)

Através a televisão e o rádio, também costumava diariamente ler o jornal do metro, comprar livros e mudar a língua do meu telemóvel para português, e a mais disso, estive a treinar pensar em português.

11 - Frequentou algum curso de português? Qual? Porquê? O que achou?

Não frequentei nenhum curso.

12 - No dia-a-dia, atualmente, fala apenas português e/ou a sua língua materna?

Em que situações fala qual?

Sim uso as duas, falo árabe quando falar com a minha família, mas na universidade ou no trabalho falo só português.

13 - Falar português e adotar hábitos portugueses, sente isso como uma ameaça à sua identidade ou como uma desvalorização das suas raízes? Justifique.

Não, os valores em que Eu acredito não contradizem com a cultura portuguesa, e a diversidade para mim é um conceito positivo.

14 - Sente que ter imigrado o mudou enquanto pessoa, na sua identidade? Justifique.

A minha identidade como sírio não mudou, Eu ainda estou completamente envolvido na causa do meu povo, relativamente a religião, sim Eu mudei me completamente porque a imigração deu me uma nova percepção de um mundo mais aberto daquele trancado onde que estive a viver.

15- O que é que pensa sobre o povo e a cultura portuguesas?

O povo português é simpático, amável e pacífico, tem muita coisa em comum com o povo sírio, a cultura portuguesa é muito rica, antes de vir para Portugal conhecia muito sobre esta cultura, o que descobri foi a valorização da família, senti isso num jantar de natal para o qual um amigo meu me convidou.

16 – Nas aulas de Português, é abordado o tema da cultura e da tradição portuguesa? Se sim, como?

Não tive aulas de português, mas aprendi muito sobre as tradições portuguesas através dos meus amigos.

17 – Quais as maiores dificuldades e barreiras no processo de integração? Língua, costumes, sociedade, burocracia, outras?

A burocracia é um dos grandes obstáculos, por exemplo o procedimento da matrícula na universidade demorou muito tempo, também ter uma entrevista para trabalhar, ou os procedimentos legais no SEF ou no CNAIM.

Anexo 4

Interview guide for migrants refugees in Portugal

The present interview is intended to carry out a study for the Master's dissertation in Portuguese as a Second and Foreign Language, about the Portuguese Language as the host language, with the purpose of knowing what its contribution in the integration of immigrants or ex-immigrants refugees in Portugal. Thank you in advance for your cooperation!

Date of Interview:

Age: 35

Sex: male

Nationality: Syrian

1 - How long have you lived in Portugal?

I arrived Portugal in the first of March in 2014.

2 -What problems / challenges did you have when you arrived?

Honestly, I did not face any difficulties once I arrived Portugal everything went well. In addition, the global platform for supporting Syrian students, who granted me a scholarship to pursue my study in Portugal, organized everything for me.

3 - How was your integration process, whether legal, social, temporal or otherwise?

Once I arrived here I met some students who explained everything for me, they showed me the city, demonstrated how I can get the public services, gave me the SIM card to make call, and also gave me a quick information about the historical background of the city which I loved so much.

4 - Do you feel integrated in Portugal? Justify.

I feel always that I am living home, yes sometimes I feel lonely as I am living far from my family but I have also friends beside to support me.

5 - Do people treat you well? Can you give examples?

Any people I meet once they recognize that I am from Syria they immediately say to me « we are sorry for you and your country and wish you a successful and better life here in Portugal ». At university I have friends who are present whenever I need a help.

6 - Do you identify with the habits and way of life in Portugal? Justify.

Yes, I used to go out with my Portuguese friends to explore other cities in Portugal, to know the most traditional meals, and to participate in some activities.

7 - Do you keep in touch with your country of origin? Miss? Do you want to return?

Yes, I keep in touch with my country but this does not mean that I do not like the style of living in Portugal. I can say that I belong to two countries right now, the one that I born in and the other who helps me to realize my dreams of becoming a doctor.

8 - Even though you are far away, do you still feel (your nationality)? Or a little Portuguese?

As I mentioned earlier that both Syria and Portugal become my countries. Moreover, I admired with the attitude of the Portuguese people towards us as Syrian people.

9 - In relation to the language, what did you feel when you arrived?

When I arrived I could not understand much once the Portuguese people spoke in front of me, I remember in the second week for me in Portugal I followed the Portuguese classes and day after day it became easier for me to understand more and more the people who talk to me.

10 - How did you learn Portuguese here? (Day to day, school, work ...)

Yes I attended two Portuguese courses at the literature faculty.

11 - Have you taken any Portuguese courses? Which? Because? What do you think?

Yes I studied some Portuguese courses, but I learned more when I started communicating with the people outside of the university atmosphere.

12 - Do you currently speak only Portuguese and / or your mother language? In which situations do you speak?

I speak both English and Portuguese, at university I use English to publish my work and do my research while Portuguese when I communicate with friends and people outside.

13 - Speaking Portuguese and adopting Portuguese habits, do you feel this as a threat to your identity or as a devaluation of your roots? Justify.

Being able to speak Portuguese or to practice some Portuguese habits does not influence my original identity, in the opposite, being familiar with two different languages and habits adds a lot to my personality.

14 - Do you feel that having immigrated changed you as a person, in your identity? Justify.

No it does not changed me as a person I am still Syrian, but it makes me understand better the difference between our culture and the Portuguese one.

15 - What do you think about the Portuguese people and culture?

The Portuguese people are nice and peaceful. The Portuguese culture is somehow is close to ours, in any occasion, all the members of family gather as we used to do in Syria.

16 - In Portuguese classes, is the theme of Portuguese culture and tradition addressed? If yes, how?

I had the chance to know more about the Portuguese culture when some of Portuguese friends invited me to have dinners with them. I always have discussion with them and their relatives about the difference in culture between Syria and Portugal.

17 - What are the biggest difficulties and barriers in the integration process? Language, customs, society, bureaucracy, others?

I did not face any difficulties during my study journey, these days I am in the phase of finding a job in Portugal and I do not know what I might have when I start working.

Anexo 5

Interview guide for migrants refugees in Portugal

The present interview is intended to carry out a study for the Master's dissertation in Portuguese as a Second and Foreign Language, about the Portuguese Language as the host language, with the purpose of knowing what its contribution in the integration of immigrants or ex-immigrants refugees in Portugal. Thank you in advance for your cooperation!

Date of Interview: 23/01/2019

Age: 25

Sex: male

Nationality: Stateless (Apátrida)

1 - How long have you lived in Portugal?

I have been in Portugal since 20/12/2016, 25 months.

2 - What problems / challenges did you have when you arrived?

You can say the communication with the community and with the public services, it's because there is no enough translators.

3 - How was your integration process, whether legal, social, temporal or otherwise?

In the beginning I had some fear because I don't know what I am going to do as there is no clear plan for the integration. I mean, I didn't know when I am going to start the Portuguese course and no one can answer our doubts about our legal situation. Also we didn't know if there is a chance to get in the professional life. I had a great support from my institution (who hosted me), but the at the same time, these people are volunteers and they want to help, but they can't solve all our problem because they have no idea about the law, the integration, any thing that concerns the refugees.

4- Do you feel integrated in Portugal? Justify.

Off course I think so, I am studying in the university, and I am working right now. I can communicate in Portuguese

5 - Do people treat you well? Can you give examples?

Yes, the Portuguese community is a very outgoing community, willing to accept the others, willing to help as well. The institution that we had they made everything they can to make us comfortable.

6 - Do you identify with the habits and way of life in Portugal? Justify.

I think so, with most of them, still didn't get used in a few things. I really don't know why.

7 - Do you keep in touch with your country of origin? Miss? Do you want to return?

Off course I do, I still have a sister back in Syria, I miss Syria a lot, I don't know if I can return. It's a really difficult thing to answer because I am with daily thinking about this but with no answer.

8 - Even though you are far away, do you still feel (your nationality)? Or a little Portuguese?

As a Palestinian refugee was born and lived all his life in Syria and living in Portugal and has a Portuguese daughter, I can say I have three countries, it's a complicated feeling but I belong to all these three homes now.

9 - In relation to the language, what did you feel when you arrived?

I thought that it's going to be difficult as my mother language is from different origin, but with the time I understood how much it relates to the languages that I studied in Syria (English, French).

10 - How did you learn Portuguese here? (Day to day, school, work ...)

I got in the university before I get a Portuguese course, and my course was in Portuguese, it helps a lot until I got the Portuguese course and get the basics of the language. And then day to day I hear it a lot.

I am a bit late to speak only because I didn't practice it, always I was using English with my friends and at my work.

But now I started a new job where I have to speak Portuguese, so it's going to improve quickly.

11- Have you taken any Portuguese courses? Which? Because? What do you think?

I was looking from the first day to get one, I participate in some meetings in casa da horta in Porto for Erasmus students, then I got course of PPT (Portuguese para todos 180 hours) through the job center, because it's the most important thing for the

integration and it's a bit difficult to get it, I think that it needs to get more care from the government and provide more chances for the refugees to have an intensive courses until B2

12 - Do you currently speak only Portuguese and / or your mother language? In which situations do you speak?

I speak Portuguese and English in Portugal, Arabic on the phone, I mean with my family and friends out of Portugal.

13 - Speaking Portuguese and adopting Portuguese habits, do you feel this as a threat to your identity or as a devaluation of your roots? Justify.

Off course not, it's a very good thing to be reach in other cultures with your culture, I don't think that they effect each other. It's a huge advantage for me to have ability to do that.

14 - Do you feel that having immigrated changed you as a person, in your identity? Justify.

I can't call it immigration, my trip since I had to flee Syria and I am passing through unimaginable things, so that's taught me a lot. off course this changed me so much, I think I grow up much faster than the normal, and I got a better understanding of all my life.

15 - What do you think about the Portuguese people and culture?

The Portuguese people are very kind, outgoing community, will to accept any stranger, off course there is some difficulties as everywhere but the majority are very nice.

About the culture, although I knew before I came that it's a great culture as Portugal is one of the oldest European countries, but I was amazed about how reach it's. and this is obvious in the city of Porto, the city speaks alone and tell about all the history and the culture.

16 - In Portuguese classes, is the theme of Portuguese culture and tradition addressed? If yes, how?

Not really, you can say because of the time is too short, and it concentrates more on the daily life, and the grammar basics. To learn about the culture in Portuguese I think we need more advance courses which is unprovided.

17 - What are the biggest difficulties and barriers in the integration process? Language, customs, society, bureaucracy, others?

- The language, because it's very difficult to get in the course, which also doesn't satisfy the need.
- The bureaucracy in the legal processes specially with SEF, many barriers was in our way just because of our legal situation, until today in my residence card I have a big problem, but I am afraid to correct it because I am going to stay for three months without permite.
- The professional life is very difficult for those who are qualified in the home country. Because there is no mechanisms to recognize the qualifications and there is many difficult conditions to get a professional training or something to be qualified in the country.

Also for those who lost their chance to study during the war and reach to here with nothing. It's very difficult for them to keep going in their life (without language, with no technical training and if they want to continue studying they will go back five years at least).

Finally there is many barriers not for me in Person, in General, it depends on luck, and that's why we have to find a way to fix this special situation and this is the difference in between immigration and asylum.

Anexo 6

Interview guide for migrants refugees in Portugal

The present interview is intended to carry out a study for the Master's dissertation in Portuguese as a Second and Foreign Language, about the Portuguese Language as the host language, with the purpose of knowing what its contribution in the integration of immigrants or ex-immigrants refugees in Portugal. Thank you in advance for your cooperation!

Date of Interview: 02.02.2019

Age: 27

Sex: Male

Nationality: Syrian

1 - How long have you lived in Portugal?

5 years.

2 - What problems / challenges did you have when you arrived?

bureaucracy and stereotypes in general.

3 - How was your integration process, whether legal, social, temporal or otherwise?

With the social community it was fantastic, people are open and friendly but the problem was more with the legal integration process, I do believe Portugal still doesn't have clear integration process regarding to labor market for example or skills recognition.

4 - Do you feel integrated in Portugal? Justify.

Yes, after 5 years here I feel myself like any other Portuguese who lives here, maybe I have the language challenge but in general 5 years is more than enough to feel well integrated.

5- Do people treat you well? Can you give examples?

I spent my first 8 months here at university residence and the people were very nice, helpful and trying their best to make my life easy here. The support of my professors as well the families of my friends.

6- Do you identify with the habits and way of life in Portugal? Justify.

Mostly yes, even I came from different culture and way of living but we have similar habits and common cultural ways of living, people want to be happy, and want to enjoy every single moment of their life. The space of freedom here was bigger, let's say it was a big change in my life.

7 - Do you keep in touch with your country of origin? Miss? Do you want to return?

Yes sure I keep in touch, and I do miss them, family and friends, and maybe one day I will be back when it will be safe place to live.

8- Even though you are far away, do you still feel (your nationality)? Or a little Portuguese?

I don't really believe in nationalities, but if you are talking about how I'm inside I can tell you clearly that I'm mix of every place I have been living before. And for sure 5 years in Portugal makes me feel like I'm Portuguese.

9 - In relation to the language, what did you feel when you arrived?

It's not hard language, I have problem with the grammar, and also I didn't really have enough time to learn it well.

10 - How did you learn Portuguese here? (Day to day, school, work ...)

Friends at university, and daily life activities.

11- Have you taken any Portuguese courses? Which? Because? What do you think?

Never.

12 - Do you currently speak only Portuguese and / or your mother language? In which situations do you speak?

I speak Arabic, my mother language, English, French, Turkish, bit of Spanish and now Portuguese.

13 - Speaking Portuguese and adopting Portuguese habits, do you feel this as a threat to your identity or as a devaluation of your roots? Justify.

Not threat but there are many things I don't like so I just avoided it from my life. Maybe for religious reasons or maybe because of my way of living.

14 - Do you feel that having immigrated changed you as a person, in your identity? Justify

Yes, the way that people look at you as an immigrant and the suffer you may have during the time, every single day you need to prove that you are just like them and you deserve to live normal life.

15 - What do you think about the Portuguese people and culture?

One of my favorite. People are nice, well educated, friendly, and they have interesting culture. I love fado.

16 - In Portuguese classes, is the theme of Portuguese culture and tradition addressed? If yes, how?

No, it's not.

17 - What are the biggest difficulties and barriers in the integration process? Language, customs, society, bureaucracy, others?

The law itself needs many changes, the languages courses should be planned well and offered to everyone. A big stereotype about Muslims or Arabs it means there is lack of right information which means people should have access to better date. As well the media is playing sometimes very bad part in integration.

Anexo 7

Protocolo de Entrevista a intervenientes no processo de acolhimento de imigrantes refugiados

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, estudando quais os seus contributos na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal. No entanto, é importante primeiro perceber qual o processo de integração destes imigrantes, considerando que os intervenientes no processo de acolhimento são uma peça fundamental. Agradeço desde já a sua colaboração!

Data da Entrevista: 7 de janeiro de 2019

Entrevistado:

Instituição: Cáritas Diocesana de Coimbra

1 - Como surgiu a iniciativa de acolher pessoas refugiadas na instituição?

A iniciativa surgiu face à preocupação manifestada pela Diocese de Coimbra. Nesse sentido desafiou toda a comunidade a envolver-se neste processo de acolhimento.

2 - Como foi feita a preparação para o acolhimento?

A preparação foi feita em colaboração com a PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados)

3 - Quantas famílias foram acolhidas na instituição?

A Cáritas acolheu 3 famílias.

4 - Pais e filhos entre que faixas etárias?

Os casais tinham entre os 25 e os 45 anos; as crianças eram todas menores, entre os 2 e os 13 anos.

Família 1 – casal com 1 filho (esposa grávida);

Família 2 – casal com 1 filho;

Família 3 – casal com 3 filhos

5 - O processo de integração foca-se em 5 objetivos (abaixo). Estes objetivos foram alcançados para a família acolhida? - Alojamento e alimentação - Acesso à Saúde (foi necessário prestar também apoio psicológico à família?) - Acesso à educação - Acesso ao Mercado de trabalho - Aprendizagem da língua portuguesa

A primeira família acolhida esteve connosco cerca de 6 meses, tendo sido alcançados todos os objetivos, incluindo a inserção no mercado de trabalho, apenas do membro masculino, uma vez que o membro feminino se encontrava com gravidez de risco. A inserção no mercado de trabalho foi feita na nossa instituição o que facilitou imenso o processo.

A segunda família esteve connosco apenas 3 dias, tendo abandonado o projeto de imediato.

A terceira família esteve connosco cerca de 3 meses, não tendo sido possível a inserção no mercado de trabalho.

O apoio psicológico não foi aceite pelas famílias.

6 - Quais as maiores dificuldades/obstáculos no processo de integração dos refugiados?

As diferenças culturais e a língua são, na minha opinião, as maiores barreiras.

7 - Quais são as maiores dificuldades que a família enfrentou no período inicial de adaptação?

Para além do que referi anteriormente, creio que as famílias trazem expectativas que não correspondem à realidade, o que dificulta o processo de integração.

8. Qual o papel da comunidade no processo de integração da família?

A comunidade reagiu com grande normalidade a todo o processo. No entanto, tendo em conta o curto período que algumas famílias estiveram não foi possível verificar a médio e longo prazo qual o impacto na comunidade.

9. O que pode/deve ser ainda melhorado para uma integração mais eficaz dos refugiados em Portugal? A nível local, nacional e/ou europeu.

Creio que o mais importante seria privilegiar o reagrupamento familiar, pois o facto de terem familiares noutros países da Europa leva-os a abandonarem o nosso país.

10. Quais as maiores dificuldades que sentiu no contacto com os refugiados?

Na generalidade, não senti grandes dificuldades. No entanto, com uma das famílias em particular, a comunicação foi mais difícil devido à barreira da língua e às diferenças culturais.

11. Considera que a aprendizagem do Português é importante para a integração dos refugiados? De que forma (s) a aprendizagem da Língua Portuguesa pode contribuir para o processo de integração dos refugiados?

A aprendizagem do Português é, na minha opinião, fundamental para uma boa integração, sobretudo no mercado de trabalho. O contacto inicial com outras pessoas na mesma situação (aprendizagem do Português) poderá ser um incentivo e uma forma de integração social.

12. Qual a sua opinião acerca da disponibilidade do governo em aceitar refugiados em Portugal?

Considero que foi uma decisão acertada, pois não podemos nem devemos ficar indiferentes a esta problemática.

13. Alguma vez sentiu que os refugiados se sentiam/sentem mal por estarem num país que não é o deles, neste caso, Portugal?

Senti, por vezes, que este país não responde às suas expetativas.

14. O que é que sentiu ao ter contacto com estas pessoas? Foi uma experiência enriquecedora?

Considero que esta foi uma experiência bastante enriquecedora, quer a nível profissional, quer a nível pessoal. É impossível ficar indiferente a todas as dificuldades que estas famílias tiveram que enfrentar e terão ainda que enfrentar! Sobretudo quando há crianças que veem o seu processo de crescimento interrompido por diversas razões... Nestas situações, a empatia é imprescindível, pois creio que só assim, independentemente do tempo que cada família permanece connosco, é possível estabelecer uma boa relação com a família.

15. Considera a cultura portuguesa como um fator importante na integração dos refugiados?

Claro que sim. Para que alguém se sinta integrado é importante conhecer a cultura e a língua do país de acolhimento.

16. Considera que os refugiados têm iguais oportunidades a nível de mercado de trabalho?

Apesar de não ter informação suficiente para responder a esta questão, creio que a barreira da língua poderá, no imediato, ser um fator de desigualdade.

17. Os refugiados acolhidos encontram-se ainda na instituição?

Como referi anteriormente, nenhuma das famílias se encontra no projeto.

18. Os refugiados que abandonaram a instituição continuam em Portugal ou foram para outros países?

Sabemos que duas das famílias regressaram a Portugal porque foram intercetadas pelas autoridades, cremos que a primeira família a abandonar o projeto ainda se encontra fora.

19. Os refugiados acolhidos foram casos de sucesso a nível de integração na sociedade portuguesa?

Não tivemos tempo para constatar esse facto.

20. O que considera contribuir para que os refugiados abandonem o país de acolhimento?

Creio que o reagrupamento familiar e as condições económicas, que outros países da Europa oferecem, contribuem para o abandono do nosso país.

Anexo 8

Protocolo de Entrevista a intervenientes no processo de acolhimento de imigrantes refugiados

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para a dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, tendo como objetivo saber qual o seu contributo na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal. No entanto, é importante primeiro perceber qual o processo de integração destes imigrantes, considerando que os intervenientes no processo de acolhimento são uma peça fundamental. Agradeço desde já a sua colaboração!

Idade:46

Sexo: Feminino

Instituição: Município de Proença-a-Nova

1 - Como surgiu a iniciativa de acolher pessoas refugiadas na instituição?

A iniciativa surgiu a convite do Alto Comissariado para as Migrações.

2 - Como foi feita a preparação para o acolhimento?

A preparação foi realizada técnicas e orientações do ACM.

3 - Quantas famílias foram acolhidas na instituição?

Acolheu apenas uma.

4 - Pais e filhos entre que faixas etárias?

Pais na casa dos 40 anos e 4 filhos com 16,14,12 e 9.

5 - O processo de integração foca-se em 5 objetivos (abaixo). Estes objetivos foram alcançados para a família acolhida? Justifique. – (i) Alojamento e alimentação – (ii) Acesso à Saúde (foi necessário prestar também apoio psicológico à família?) – (iii) Acesso à educação – (iv) Acesso ao Mercado de trabalho – (v) Aprendizagem da língua portuguesa

Sim. Há exceção da integração no mercado de trabalho, ainda não foi conseguido.

6 - Quais as maiores dificuldades/obstáculos no processo de integração dos refugiados?

Creio que a língua foi a maior dificuldade.

7 - Quais são as maiores dificuldades que a família enfrentou no período inicial de adaptação?

A língua e os costumes.

8 - Qual foi o papel da comunidade no processo de integração da família?

O papel da comunidade foi o de “acolher” como sendo já parte da própria comunidade.

9 - O que pode/deve ser ainda melhorado para uma integração mais eficaz dos refugiados em Portugal? A nível local, nacional e mesmo europeu?

Na minha opinião o processo instalado está adequado de uma forma geral.

10 - Quais as maiores dificuldades que sentiu no contacto com os refugiados?

A minha maior dificuldade foi não conseguir comunicar com eles.

11 - Considera que a aprendizagem do Português é importante para a integração dos refugiados? De que forma (s) a aprendizagem da Língua Portuguesa pode contribuir para o processo de integração dos refugiados?

Sim, bastante. Estando a iniciar uma nova vida têm de conseguir comunicar para se poderem integrar. Facilitar a integração, o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

12. Qual a sua opinião acerca da disponibilidade do governo português em aceitar refugiados em Portugal?

Penso ter uma disponibilidade razoável.

13 - Alguma vez observou que os refugiados se sentiam/sentem mal por estarem num país que não é o deles, neste caso, Portugal? Justifique.

Sim, era notável.

14 - O que é que sentiu ao ter contacto com estas pessoas? Foi uma experiência enriquecedora? Porquê?

Sim. É um choque com uma realidade que não está assim tão distante de nós.

15 - Considera a cultura portuguesa um fator importante na integração dos refugiados? Justifique.

Sim tal como a língua é uma fator muito importante.

16 - Considera que os refugiados têm iguais oportunidades a nível de mercado de trabalho?

Sim, na minha opinião sim.

17 - Os refugiados acolhidos encontram-se ainda na instituição? Porquê?

Sim.

18 - Os refugiados que abandonaram a instituição continuam em Portugal ou foram para outros países?

Continuam na nossa instituição.

19 - Os refugiados acolhidos foram casos de sucesso a nível de integração na sociedade portuguesa? Porquê?

Sim.

20 - O que considera ter contribuído para que os refugiados abandonem o país de acolhimento?

Nas outras instituições talvez tenham sido acolhidas famílias com outras perspetivas e com familiares também refugiados noutros países.

Anexo 9

Protocolo de Entrevista

A presente entrevista destina-se à realização de um estudo para dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento, tendo como objetivo saber qual o seu contributo na integração de imigrantes ou ex-imigrantes refugiados em Portugal. No entanto, é importante primeiro perceber qual o processo de integração destes imigrantes, considerando que os intervenientes no processo de acolhimento são uma peça fundamental, bem como as medidas políticas, sociais e culturais. Neste sentido, são colocadas as questões que se seguem.

Agradeço desde já a sua colaboração!

Data da Entrevista: 27/02/2019

Entrevistado: Gestor de Projetos no Programa de Coesão e Integração Social (PCIS)

Instituição: Fundação Calouste Gulbenkian

1 - Primeiramente, gostaria de saber há quanto tempo é responsável pelo Programa de Coesão e Integração Social?

Eu não sou o responsável pelo PCIS, sou um dos Gestores de Projetos desta equipa. Estou na Fundação há 13 anos. Acima de mim tenho um Diretor que, esse sim, é responsável pelo PCIS.

2 - Quando surgiu a ideia ou a necessidade de criar este programa?

A Fundação Calouste Gulbenkian tem 4 áreas estatutárias de intervenção prioritária, estabelecidas em testamento pelo Fundador: Caridade (área social), Educação, Arte e Ciência. Desde a sua criação que a Fundação desenvolve trabalhos nestas áreas.

O PCIS enquadra-se na missão social (Caridade) da Fundação e surgiu em 2018. Antes entre 2009 e 2017 existia o Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Antes deste Programa, havia o Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano, no quadro do qual, em 2005, a Fundação começou a trabalhar com regularidade a temática das migrações, nomeadamente do papel de Portugal enquanto país de acolhimento.

3 - Qual a duração prevista do programa?

O Programa tem duração de 5 anos (2018-2022)

4 - Quais os seus objetivos?

Sito a descrição que consta no próprio site da Fundação: procura incentivar novas dinâmicas no setor social, através da adoção de abordagens inovadoras aos desafios sociais e da utilização de novas ferramentas de financiamento e gestão das organizações. Está particularmente focado na promoção do bem-estar e qualidade de vida de grupos vulneráveis da população, nomeadamente crianças e jovens, idosos, migrantes e refugiados.

5 - Qual a estratégia de atuação no caso concreto dos refugiados?

A temática dos Refugiados enquadra-se nos objetivos ligados às Migrações. A intenção passa por trabalhar toda a área das migrações e não apenas a questão dos Refugiados. Na verdade, a temática dos Requerentes de Asilo e Refugiados em contexto nacional – área territorial primordial de intervenção do PCIS – é marginal. Em Portugal predominam os migrantes económicos, os migrantes provenientes de reagrupamento familiar e as novas gerações descendentes de migrantes, nascidos em Portugal, mas com nacionalidade dos progenitores (ou seja, estrangeira). Os refugiados não chegam a representar 1% da população estrangeira a residir em Portugal.

A nível nacional, a Fundação Calouste Gulbenkian, nos anos mais recentes (2014 a 2018), tem apoiado algumas organizações que no terreno trabalham diretamente com Refugiados (Conselho Português para os Refugiados; Serviço Jesuíta aos Refugiados e Plataforma de Apoio aos Refugiados). A nível internacional a Fundação está diretamente envolvida em Redes de Fundações Europeias que apoiam projetos nestes domínios. Caso do Programa EPIM da Network of European Foundations.

Através de uma outra área da Fundação tem havido, já há alguns anos, um apoio plurianual à Plataforma Global para Estudantes Sírios, liderada pelo Presidente da República, Prof. Jorge Sampaio.

6 - Quais são os resultados já possíveis de enumerar?

O ponto de partida é absolutamente primário para uma boa integração num país de acolhimento passa pela aprendizagem da língua desse país. Neste quadro, o PCIS tem apoiado projetos que “utilizam as artes” como complemento do ensino do português, nomeadamente do Teatro (Refugiados Adultos) e das artes plásticas (Menores

Desacompanhados). Depois há toda uma dimensão de soft skills que procuramos trabalhar – autoestima, respeito pelo próprio, resiliência, auto-controlo.

Este é um público muito complexo pois traz acumuladas várias problemáticas (nem sempre coincidentes): traumas, famílias desfeitas, vítimas de violência física ou psicológica, mulheres habituadas a não terem direitos nem voz, entre tantos outros. Esta complexidade leva a que as intervenções tenham de ser muito cuidadas e prementemente monitorizadas pois com boas intenções pode-se estar a agravar a situação de pessoas ou famílias.

Temos tentado direccionar uma atenção especial para o trabalho com mulheres e jovens adultos que durante muitos anos estiveram afastados do contexto escolar/formativo e estão em desvantagem na sua integração no país de acolhimento.

7 - Conforme nos indicou inicialmente numa primeira conversa informal, o programa apoia o desenvolvimento de projetos no terreno. Pode indicar-nos alguns desses projetos e quais os seus eixos de intervenção?

Para além de um apoio plurianual ao Secretariado da Plataforma de Apoio aos Refugiados, o Programa apoiou no passado dois projetos piloto, que utilizam as práticas artísticas (Teatro e Artes Plásticas) como ferramenta de inclusão social, liderados pelo Conselho Português para os Refugiados.

8 - A questão da imigração e da integração dos imigrantes tem tido uma importância crescente nomeadamente nos últimos anos, devido à elevada taxa de imigração em Portugal, da interação entre as culturas e identidades diversas. Por outro lado, a vinda de povos oriundos de outros continentes, parece que nem sempre é bem vista pela população portuguesa. O que pensa acerca desta afirmação? Considera uma mais-valia? Quais são os aspetos positivos e negativos?

Com muita frequência, Portugal é apresentado em contexto internacional como um país tolerante e onde os extremismos têm encontrado grandes resistências em se afirmar como tem acontecido em vários outros países europeus. Discordo da afirmação embora reconheça que em Portugal há problemas de integração e inclusão das populações migrantes e dos seus filhos. Há também questões por resolver ao nível da aplicação das políticas que sendo muito respeitadoras dos direitos humanos (não é ao acaso que Portugal tem mantido o 2º lugar no MIPEX) na prática do dia-a-dia há ainda muito por fazer para que estas políticas encontrem reflexo idêntico no terreno. Um exemplo prende-se como o acesso à saúde – temos das leis mais inovadoras e vanguardistas da

Europa mas no terreno continúa a haver agentes do sistema que por desconhecimento ou preconceito continuam a complicar a implementação desta lei e o acesso de seres humanos com direitos a cuidados de saúde.

9 - Enquanto Gestor de Projetos e responsável pelos projetos na área das migrações, considera que as políticas de integração de imigrantes, implementadas pelo Estado, têm contribuído para a promoção da Igualdade de oportunidades? Justifique.

Esta pergunta não é de resposta fácil. Tenho opinião pessoal. Em termos profissionais, considero que tem havido um esforço e investimento de vários governos (e de diferentes “famílias políticas”) nesta área com grandes avanços, mas ainda temos um caminho pela frente para alcançar a referida “Igualdade de oportunidades”. Relembro também que esta questão não é exclusiva do contexto nacional. Embora haja países mais avançados, não creio que encontremos igualdade de oportunidades a 100% em nenhum país de destino no contexto da Europa.

10 - Concretamente, considera que esses projetos têm dado resposta às necessidades específicas da população imigrante, ao nível da sua integração social e profissional, contribuindo para a diminuição das suas dificuldades e de forma positiva para o desenvolvimento das competências dos imigrantes no mercado de trabalho? Justifique.

Mais uma pergunta que daria uma tese. Na minha opinião só o facto de mantermos as nossas políticas no nível atual já é um grande feito se tivermos a atenção de olhar para outros países europeus onde os *standards* têm descido de ano para ano e onde há uma muito maior preocupação com a opinião pública, as sondagens e os votos, utilizando esta temática como “arma” para angariar votos. Às vezes temos de olhar primeiro para o “copo meio cheio”.

11 - Do seu ponto de vista pessoal, o que pode/deve ser ainda melhorado para uma integração mais eficaz dos refugiados em Portugal?

Acho de deve ser feita uma avaliação rigorosa em torno da metodologia adotada em Portugal de dispersão territorial pois parece não ter tido a recetividade esperada junto dos refugiados.

Por outro lado, a crise na Venezuela mostra-nos que nem todos os requerentes de proteção internacional estão interessados em vir para Portugal mas que haverá sempre, infelizmente, vítimas de perseguições, conflitos armados (ou de alterações climáticas)

que devido a razões histórico-culturais deverão ter uma outra abertura para considerar Portugal como país de acolhimento (temporário ou definitivo). Assim, em minha opinião, Portugal deve manter-se sempre ativo e de porta aberta perante qualquer crise internacional que gere movimentos em massas de procura de proteção internacional (como tem feito nos últimos anos), mas deve estar especialmente atento àqueles em que haverá maiores probabilidades de haver maior vontade de vir para Portugal.

Aqui a agenda mediática e a agenda do bom senso (e por vezes aceitação de pouca visibilidade exterior/mediática) terá de ser revista e muita diplomacia deverá ser aplicada (área em que somos excelentes).

12 - E a nível local, nacional e europeu?

Mais uma pergunta para um tratado. O que mais me preocupa é que a dita “crise dos refugiados” de 2015/2016 mostrou o quanto a Europa não está preparada e o quanto está desalinhada entre Estados-membros nestas temáticas. Sendo que esta dita crise, embora aparente grandes números, não foi nada comparada com os números daquilo que está a acontecer nos países mais próximos das grandes crises humanitárias. Nos próximos 10 anos as alterações climáticas provocarão movimentos de massas muito superiores e não reversíveis. Não se tratam de guerras que poderão, algures no tempo, terminar, trata-se de um movimento massivo de pessoas sem qualquer perspetiva de retorno. Esses movimentos, inquestionavelmente, chegarão também à Europa – até devido ao seu posicionamento geográfico, e a Europa já mostrou que tem muito para evoluir e trabalhar em várias dimensões – começando pelo próprio processamento destas massas – registo, receção, análise das razões para solicitação de proteção internacional, centro de acolhimento, acesso à saúde, educação, ...

A nível nacional, questiono-me sempre – quando começarão os traficantes a olhar para a costa do Algarve como alternativa?